

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,
REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE SETEMBRO DE 2002.** -----

----- **ACTA NÚMERO DEZ** -----

----- No dia 17 de Setembro de 2002, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor Dr. João António Gonçalves do Amaral, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egípto e pela Excelentíssima Senhora D. Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Alberto Francisco Bento, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Augusto Pereira, António da Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira de Lemos, António Manuel Dias Baptista, António Manuel Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Artur Santos Madeira, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues Santos, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Deolinda Carvalho Machado, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Dina Maria Veredas Nunes, Domingos Alves Pires, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Fernando Luís Magalhães Silva, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José Fernandes Martins, Francisco José da Silva Oliveira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Jofre da Fonseca Costa, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Cláudio Bacelar Gouveia, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel Rocha Ferreira, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Afonso Possidónio, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maria Valente, José Rui Roque, Lourenço Ramos Bernardino, Luís Ângelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Mendes Nobre Gusmão, Manuel Nuno Costa Estorninho, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria da Graça Barata Niny Mexia, Maria Irene dos Santos Lopes, Martinho José Baptista, Nelson Pinto Antunes, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Ramiro Nelson Cardoso Silva, Ricardo Posser de Andrade Chaves, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva,

Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Susana Maria Nunes Silvestre, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, João Gordo Martins, António Manuel Pimenta Proa, António Manuel Passos Rapoula, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Jorge Paulo Napoleão Garcia Inácio, Flávio Freitas Rodrigues Fonte. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro Roque Pinho Bissaia Barreto, António Alfredo Delgado Silva Preto, António José Borges Gonçalves de Carvalho, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, João de Deus Gomes Pires, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António de Oliveira, Maria Helena Carvalho dos Santos Oliveira Lopes, Orlando Bento Antunes Claro, Rodrigo Jorge Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rui Manuel Lobo Gomes da Silva. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José Joaquim Miranda Sarmento (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Prôa. -----

----- José Maria Ribeiro Rodrigues (PS), de 19 de Setembro a 4 de Outubro de 2002.--

----- Nuno Baltazar Mendes (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Flávio Freitas Rodrigues Fonte. -----

----- Maria Luísa Sabino (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Jorge Napoleão. -----

----- Maria Luísa Vicente Mendes (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira. -----

----- Blasco Hugo Fernandes (PCP), por 5 dias, sendo substituído pelo Deputado Municipal Feliciano David. -----

----- Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Passos Rapoula. -----

----- Isabel Castro (PEV), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Gordo Martins. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Rodrigo Jorge Moctezuma Seabra Pinto Leite (PPM), relativamente à presente reunião. -----

----- José Maria Valente (PCP), relativamente à reunião realizada no dia 23 de Julho de 2002. -----

----- Às 15 horas e 20 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente**, declarou aberta a reunião entrando-se, de imediato, no período destinado à intervenção do público. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Sr. João Manuel Vidal Navais**, morador na Rua da Vinha, n.º 37 – 2º, 1200-475 Lisboa, disse que no passado mês de Abril falara na Assembleia Municipal sobre o tormentoso e caótico trânsito no Bairro Alto. Depois, pela comunicação social, veio

a saber que a Câmara se preparava para tomar medidas tendentes a solucionar o problema, as quais, mesmo sem as conhecer, saudava e concedia-lhes o benefício da dúvida. -----

----- Contudo, desejava chamar a atenção para que as mesmas tivessem em consideração os legítimos direitos dos moradores do bairro, que sendo maioritariamente idosos e de baixos rendimentos não utilizavam os seus veículos todos os dias. -----

----- Assim, soluções do tipo de isentar o pagamento do estacionamento em parques da zona apenas em período nocturno não servia, pelo que, sem embargo do conteúdo da sua intervenção anterior, permitia-se avançar agora com mais algumas sugestões, que constituindo pequenos passos de fácil concretização, eram por si consideradas pedagógicas quanto à utilização do transporte público. Nomeadamente exigir à Carris que: -----

----- a) restabeleça na carreira n.º 100, no período nocturno, o seu percurso habitual, ou seja até à Praça de São Bento; -----

----- b) restabeleça na carreira n.º 39 o seu percurso anterior até à Praça de São Bento, ou, pelo menos, até à Praça do Príncipe Real; -----

----- c) prolongue o serviço nocturno dos elevadores da Bica e da Glória nos fins-de-semana, incluindo as sextas-feiras, até às três horas da madrugada. -----

----- É que, de facto, nesta Semana Europeia da Mobilidade não fazia qualquer sentido e ia mesmo ao arrepio das medidas anunciadas, manter o encurtamento de percursos e horários de funcionamento dos transportes públicos cuja utilização se pretendia incentivar e que mais directamente serviam o Bairro Alto, nomeadamente a sua zona norte. Só com medidas como essas e com respeito pelos direitos dos moradores, poderiam acompanhar o refrão de uma cantiga que ouvira num musical de Filipe La Féria, que dizia: “Ao B.A., B.A., B.A. quero subir! Ao B.A., B.A., B.A. quero curtir”.

----- Rematou a sua intervenção com duas notas: uma, que não destruíssem o Jardim do Príncipe Real; outra, que removessem urgentemente o lixo e as ruínas de um prédio que existira em tempos no Largo da Oliveirinha, que é um caso de saúde pública. -----

----- Finda a intervenção entregou na Mesa documentação relativa ao assunto acabado de expor. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que algumas das sugestões feitas tinham a ver com os serviços que eram prestados por uma empresa pública, a Carris, sobre a qual a Câmara não tinha tutela. De qualquer maneira, as sugestões foram ouvidas pelos Deputados Municipais e seriam enviadas à Câmara. Mas agradecia-lhe o facto de ter usado a tribuna da Assembleia Municipal para esse efeito. -----

----- **O Sr. Carlos Alexandre Fidalgo Ministro**, morador na Rua Washington, 37 – 5º, 1170 Lisboa, falando na qualidade de vice-Presidente da Cooperativa Colina Jovem, disse que pretendia saber o ponto da situação relativamente à reabilitação do edifício da Rua das Escolas Gerais, n.º 31, visto que, quer por carta, quer por telefone, já tentaram várias vezes uma audiência com a Sra. Vereadora responsável pelo Pelouro e nunca lhes foi dado qualquer tipo de resposta. -----

----- Queriam saber o que se passava com essa matéria porquanto havia gastos que teriam que ser suportados pela própria Câmara mas era a cooperativa que os ia suportando, e a cooperativa não tinha condições financeiras nem meios humanos para responder às solicitações que lhe iam sendo feitas. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a Assembleia Municipal não tinha a tutela directa dessas matérias, pelo que iria solicitar à Câmara Municipal uma informação sobre o exposto, a qual, posteriormente, lhe enviaria. -----

----- **O Sr. Eng.º Galvão de Melo**, morador na Av. João II Lote 1.13.03 - 10 I, 1990-079 Lisboa, leu a seguinte exposição: -----

----- “Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

----- Ex.mas Senhoras e Senhores Vereadores -----

----- É certamente do conhecimento de V.^a Ex.as a polémica que se tem criado à volta da Parque-EXPO, já que o que tinha sido tão bem planeado, tem vindo a transformar-se numa verdadeira floresta de betão armado. -----

----- Em diversos meios de comunicação social, do qual merece destaque, pela clareza e frontalidade, o artigo escrito no jornal Expresso pelo Ex.mo Senhor Presidente desta Assembleia, tem aparecido aqui e além protestos contra a transformação – para pior – desta zona da cidade, que criou tantas expectativas, não só nos que para ali foram morar, como também para todos os vizinhos moradores na nossa Lisboa, já que este espaço urbano, pela sua localização junto ao Tejo, pela preocupação em manter linhas de vistas sobre o mesmo, pela criação de parques de feiras e exposições, teatros, jardins, grandes e modernas empresas, pela sua vertente lúdica, recreativa e desportiva, iria criar uma zona da cidade com elevada qualidade de vida urbana, um espaço de agradável recreio. -----

----- E estas críticas, ao que a Parque-EXPO se transformou, em oposição ao que foi planeado, não têm sido feitas só em artigos de opinião, já que Sua Excelência o Senhor Presidente da República, também manifestou a sua preocupação pelo que ali se vai passando. -----

----- E é neste contexto, diria triste contexto, de progressiva degradação de espaço urbano que nasceu tão promissor, que se insere o assunto que quero por à consideração desta Assembleia. -----

----- Na Parque-EXPO, na Av. D. João II, em frente do edifício Gil Eanes, propriedade da Cooperativa de Habitação Mar da Palha, está a ser construído um edifício que em nosso entender, é exemplo flagrante da diferença entre o que foi planeado e previsto no Plano de Pormenor, e o que se vai construindo. -----

----- E que estava previsto construir neste lote? -----

----- Um conjunto de edifícios de diferentes alturas, cujo tamanho, afastamento e implantação não cortava as linhas de vista aos lotes confrontantes. -----

----- Reflectia a manifesta preocupação de quem concebeu a Parque-EXPO, em manter espaços abertos, vistas alargadas, manter equilíbrio entre o peso e a dureza do betão armado e a própria dimensão do homem. -----

----- Um exemplo desta preocupação é a Estação do Oriente! -----

----- Não separa espaços, não corta linhas de vista, toda ela emana leveza e
graciosidade! -----

----- E tudo isto numa construção cuja função – estação de caminho-de-ferro –
desculpá-ria uma forma mais pesada. -----

----- Mas que foi construído no lote em causa? -----

----- Um edifício constituído por dois corpos paralelos perpendiculares ao rio, cuja
fachada do lado poente, sobre a Av. D. João II, é formada por um muro de betão
armado com cerca de 90 metros de comprimento e 36 de altura! -----

----- Esta muralha de cimento armado, de uma agressividade brutal, deslocada de todo
o ambiente que a rodeia, não só desrespeita o Plano Pormenor 1, como os direitos dos
vizinhos que lhe ficam em frente! -----

----- **(Nesta altura interrompeu a intervenção para entregar na Mesa fotografias
do referido muro de betão, porque, como disse, uma imagem vale mais que mil
palavras).** -----

----- Pela imagem do mesmo que aqui distribuí, penso que V.^{as} Ex.as podem fazer
uma pequena ideia da frustração, revolta e indignação de todos os que estão a ser
prejudicados, melhor, agredidos por tamanha aberração. -----

----- É de tal forma despropositada tal construção que, mesmo que esta não
desrespeita-se a Lei e os direitos de terceiros, bastaria pensar – por um momento que
fosse – nos vizinhos, para que a ninguém passasse pela cabeça construir tal obra. -----

----- É que não é só o prejuízo material que conta, também este sentimento de termos
sido tratados sem respeito algum, gera uma profunda indignação. -----

----- Seria bom que se entendesse que somos gente, cidadãos comuns é certo, mas
sujeitos às mesmas leis, à mesma Constituição, com os mesmos direitos e
merecedores do mesmo respeito. -----

----- Suspeito que tanto o Sr. arquitecto que concebeu esta muralha, como o dono da
obra que a mandou construir, ou mesmo quem a licenciou, não a queriam em frente
das suas próprias casas! -----

----- De acordo com o programado no Plano de Pormenor (PP1), quando da compra
do lote aonde foi construído o nosso edifício, criamos determinadas expectativas que
agora foram brutalmente goradas por quem não respeitou a Lei. -----

----- Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

----- Por tudo isto aqui venho, sob um profundo sentimento de revolta e indignação,
pela injustiça que foi e continua a ser, praticada por quem tinha a obrigação de velar
para que a mesma chegasse por igual a todos os cidadãos, já que a Lei foi claramente
corrompida com esta construção, futura sede da Vodafone – Telecel; venho, dizia,
pedir a esta Assembleia que se debruce sobre o licenciamento desta obra, que se
inteire de toda a situação, se pronuncie sobre o mesmo, contribuindo desta forma –
através de um caso concreto – não só para repor a justiça, como para o melhoramento
de toda a Parque-EXPO. -----

----- Não sei exactamente quais são os poderes desta Assembleia, mas certamente que
uma tomada de posição sobre a questão aqui trazida por mim tem de ter, de uma

forma ou de outra, influência sobre os que detêm o poder de intervenção directa sobre o mesmo. -----

----- Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

----- Por respeito pelos que os elegeram e pelos cargos que desempenham, não deixem que este assunto se arraste por tempos sem fim. -----

----- Muito obrigado pela atenção com que me ouviram.” -----

----- **O Senhor Presidente** disse que já teve oportunidade de falar pessoalmente sobre a matéria exposta com o munícipe que acabara de intervir, e realmente entendia que as fotografias que entregara valiam muito mais que mil palavras porque mostravam bem o que ali se estava a fazer neste momento. -----

----- No seu entender, o que o munícipe apresentara ali era um caso exemplar de desrespeito pelo planeamento urbano tal como tinha sido definido, pelo que estava certo que os Deputados Municipais seriam sensíveis ao apelo que acabava de ser feito e da sua parte daria todo o apoio para que a Assembleia analisasse como devia este caso. -----

----- **A Sra. D. Ema Azevedo Fonseca Guerra**, moradora na Rua Eng.º Ferreira Dias, lote 109 – 1º D 1900-679 Lisboa, disse que a sua intervenção era, essencialmente, para denunciar uma situação que foi capa de jornal na comunicação social no passado fim-de-semana. -----

----- Referiu que morava em Marvila, freguesia que tem uma Junta que não era da cor política da actual Câmara Municipal, e só por isso compreendia que ela estivesse tão votada ao abandono como estava, já que o lixo se amontoava, os espaços verdes degradavam-se dia-a-dia, as ruas tinham buracos e os sinais estavam caídos. A população vinha alertando a Junta de Freguesia para isso, mas a limpeza urbana e os espaços verdes não eram da sua competência. -----

----- Disse, ainda, que Marvila era uma freguesia tão lisboeta quanto o eram freguesias como a Lapa, os Olivais ou Benfica, pelo que solicitava que alguém olhasse para Marvila com a dignidade que mereciam porquanto não eram o balde do lixo de Lisboa. Marvila não servia para campanhas políticas em que se criavam determinados gabinetes camarários que não funcionavam porque eles não viam isso, a menos que os gabinetes camarários criados pela actual Câmara ainda estivessem de férias. -----

----- Só assim compreendia o abandono a que estava votada a sua freguesia, disse a terminar. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a Assembleia ouvira a intervenção, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, mas iria pedir informações sobre o que se passava quanto ao assunto exposto e posteriormente lhe comunicaria. -----

----- Seguidamente, deu por encerrado o período de intervenção do público, declarando aberto o período de: -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS** -----

----- **O Senhor Presidente** pôs em apreciação as actas números seis, sete, oito e nove, que previamente tinham sido distribuídas, e como ninguém manifestasse intenção de

intervir sobre o conteúdo das mesmas, de imediato as submeteu à votação, em conjunto, tendo a Assembleia deliberado aprová-las, por unanimidade. -----
----- Depois anunciou que tinham sido admitidas e estavam já distribuídas as seguintes moções: -----

----- **MOCÃO N.º 1** -----

----- “Considerando que o despacho n.º 401/P/2002, revoga os despachos n.ºs 139/P/94 e 35/P/95, relativo a cedência de materiais de Ornamentação e Decoração; -----

----- Considerando que o referido despacho determina que os materiais serão cedidos a terceiros, mediante pagamento de taxas, salvo se vier a ser concedida a isenção total ou parcial de aluguer, conforme disposto no artigo 87.º da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais; -----

----- Considerado que a isenção total ou parcial a estabelecer caso a caso pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa ou pela Sr.ª Vereadora do Departamento de Administração Geral, sem critérios pré definidos, poderá constituir uma forma discricionária e arbitrária de decisão; -----

----- Considerando que a cedência sem custos dos materiais de ornamentação e decoração propriedade do Município de Lisboa, às Juntas de Freguesia, Associações Culturais, Desportivas, Recreativas, Instituições Políticas, Sociais e Sindicais, sem fins lucrativos, é um custo social que o Município de Lisboa deve suportar; -----

----- Considerando que este apoio é devidamente justificado pelo carácter social, cultural, recreativo, desportivo, das iniciativas e eventos que as entidades e instituições sediadas na Cidade de Lisboa, promovem ao longo de cada ano beneficiando um significativo número de munícipes, que de outra forma ficariam cerceados de fruírem e participarem nessas iniciativas; -----

----- Considerando que as taxas de utilização na cedência dos materiais às Entidades e Instituições com fins lucrativos devem ser por si pagas, de acordo com a tabela de taxas em vigor; -----

----- Considerando que é fundamental garantir o direito à utilização gratuita dos materiais de ornamentação e decoração, bem como a utilização do espaço público, pelas entidades e instituições sem fins lucrativos, prática que foi sendo seguida ao longo de vários mandatos, o que muito dinamizou as múltiplas iniciativas e eventos; --

----- Considerando que a exigência de pagamento de taxas pela Câmara Municipal de Lisboa, terá repercussões negativas na capacidade de iniciativa popular; -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 17 de Setembro de 2002, delibera: -----

----- 1. Que a Câmara Municipal de Lisboa, revogue o despacho n.º 401/P/2002, alíneas H) e I) com efeitos a partir de 19 de Julho de 2002, data da publicação do referido despacho; -----

----- 2. Que as taxas sejam aplicadas apenas a entidades e instituições com fins lucrativos.” -----

----- (Apresentada pelo PCP) -----

----- **MOCÃO N.º 2** -----

----- “1) Considerando as iniciativas anunciadas para a recuperação e reactivação do Parque Mayer; -----
----- 2) Considerando a enorme campanha publicitária em torno desse anúncio; -----
----- 3) Considerando que esta Assembleia Municipal inúmeras vezes discutiu, polemizou e debateu sobre a necessidade da recuperação sustentada do Parque Mayer, assente determinantemente num objectivo cultural e lúdico; -----
----- 4) Considerando todas as vicissitudes porque passou este espaço, ao longo dos últimos anos; -----
----- 5) Considerando que esta Assembleia Municipal desconhece em absoluto os objectivos e o que está previsto para o futuro do Parque Mayer, cuja recuperação foi agora anunciada com tais meios publicitários; -----
----- A Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 17 de Setembro de 2002, decide: -----
----- 1. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que informe, com urgência, esta Assembleia Municipal de todos os projectos, intervenientes e planos financeiros para a recuperação do Parque Mayer. -----
----- 2. Que este assunto seja agendado e discutido na respectiva Comissão da Assembleia Municipal. -----
----- Que o parecer emanado dessa Comissão seja apresentado e discutido numa sessão plenária da Assembleia Municipal.” -----
----- (Apresentada pelo BE) -----

----- MOÇÃO N.º 3 -----

----- “Atendendo a que através da aprovação de Moções e Recomendações a Assembleia Municipal de Lisboa tem expressado a sua preocupação quanto à falta de uma política de Transportes Públicos adequados que sirvam os cidadãos. -----
----- Atendendo a que a Carris continua a fazer tábua rasa dessas preocupações, uma vez que privilegia a supressão de carreiras, a limitação da sua frequência e a encurtar e alterar os seus percursos sem que para tal tenha o apoio ou consentimento das freguesias. -----
----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em sessão ordinária no dia 17 de Setembro de 2002, decide: -----
----- 1 – Reafirmar a sua oposição a tal política. -----
----- 2 – Recomendar à CML que interceda junto da Carris para que sejam suspensos todos os projectos ou programas que envolvam a supressão ou alteração de carreiras de transportes públicos até à aprovação das conclusões da Comissão Permanente de Urbanismo Rede Viária e Circulação da Assembleia Municipal de Lisboa. -----
----- (Apresentada pelo PCP) -----

----- MOÇÃO N.º 4 -----

----- Voto de Pesar -----

----- “Maria Helena Vaz da Silva, foi mais do que uma instigadora da cultura em Portugal. -----
----- Maria Helena Vaz da Silva foi alguém que sonhou, que planeou, que construiu. Que fez, o que é caso raro entre nós. -----

----- O Centro Nacional de Cultura (muitas vezes e injustamente classificado de elitista), obra a que Helena Vaz da Silva dedicou grande parte da sua vida, do seu saber, da sua extraordinária vitalidade, foi mais do que um marco no panorama da cultura portuguesa. -----

----- Foi uma mais valia para a zona nobre de Lisboa – o Chiado – e para toda a cidade, que os seus “Passeios de Domingo” mostraram na sua “intimidade” urbana, histórica, social. -----

----- Com o seu desaparecimento a cultura fica mais pobre, o País fica mais pobre. ----

----- Mas é sobre tudo a nossa cidade que mais perde com a sua partida. -----

----- Através desta Assembleia, Lisboa deve manifestar o seu pesar pela sua morte e, por isso, aqui propomos o nosso voto. -----

----- Ninguém mais do que Maria Helena Vaz da Silva merece que Lisboa se enriqueça toponimicamente tendo uma rua com o seu nome. -----

----- Mas, mais merece Maria Helena Vaz da Silva que essa rua ou praça seja também ligada ao Centro Nacional de Cultura.” -----

----- (Apresentado pelo Presidente da Junta de Freguesia dos Mártires e subscrito pela Mesa e pelos líderes dos Grupos Municipais com assento na Assembleia) -----

----- Antes de dar a palavra ao primeiro orador no período de Antes da Ordem do Dia, o **Senhor Presidente** informou que o Sr. Presidente da Câmara tinha comunicado a impossibilidade de estar presente nesta reunião por ter que receber, nos Paços do Concelho, o Sr. Presidente da República da Hungria, encontrando-se representado pelo Sr. Vereador Pedro Pinto. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que no sábado passado, dia 14 de Setembro, a Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro festejara o seu 97º aniversário, tendo, para o efeito, no mês de Julho solicitado à Câmara Municipal de Lisboa a cedência de parte da entrada principal e a ala exterior do Pavilhão Carlos Lopes, para aí realizar um almoço de confraternização de associados e amigos e um espectáculo cultural. -----

----- As Câmaras Municipais de Alijó, Carraceda de Ansiães e Vila Flor apoiaram essa iniciativa deslocando a Lisboa as bandas de música de São Mamede de Ribatua e Vilarinho da Castanheira e o grupo musical “Os Zíngaros”, de Carraceda de Ansiães, tendo trazido também produtos desses concelhos para exposição e venda. -----

----- Face a essas actividades que vieram enriquecer o já pobre panorama cultural da cidade, a Câmara Municipal de Lisboa, através do Pelouro do Desporto, decidira, finalmente, no passado dia 10 do corrente mês, ceder aquela parte do Pavilhão Carlos Lopes mas informando a Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro que teria de pagar 575 euros de aluguer pelas instalações. Pagar, e antecipadamente! -----

----- Entretanto, essa casa regional, que é a mais antiga de Lisboa, também tinha solicitado 100 mesas para servir o almoço e a colocação de um estrado, com 10 por 10 metros, para o concerto das bandas, e a resposta, dada no dia 11 de Setembro pelo Pelouro da Sra. Vereadora Ana Sofia Bettencourt, foi que a Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro teria que pagar, também antecipadamente, a módica quantia de 1.044 euros. Portanto, 1.619 euros foi quanto a Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro

pagara à Câmara Municipal de Lisboa em 13 de Setembro para poder realizar a festa do seu aniversário no dia 14. -----

----- A Direcção da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro esteve quase a desistir, mas face aos compromissos assumidos com os sócios e perante o apoio generoso e gratuito das Câmaras Municipais de Alijó, Carraceda de Ansiães e Vila Flor, lá levou a cabo a festa, tendo ficado bem claro, nas intervenções que foram feitas no Pavilhão Carlos Lopes, que ou a Câmara Municipal de Lisboa arrepiava caminho ou as festas de aniversário seguintes iriam ser realizadas noutros concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, onde não imperasse essa generosa e lucrativa actividade da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Prosseguindo, disse que a Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro realizara, em 1998, no Fórum Lisboa, uma excelente iniciativa que durara três dias, que englobara os cinco Municípios da Terra Quente transmontana e tivera o esforçado e valioso apoio da Câmara Municipal de Lisboa em tudo quanto foi necessário e sem a apresentação de qualquer factura. Desfiles de bandas e grupos musicais nas ruas de Lisboa, concertos, colóquios, exposição e venda de produtos da região transmontana e duriense, um conjunto de iniciativas que enriqueceu a cidade e projectou a cultura e a identidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, compensaram bem a população de Lisboa numa perspectiva correcta do que era isso do intercâmbio entre a capital do País e as regiões de origem dos que em Lisboa vivem, trabalham e têm direitos inalienáveis de cidadania. -----

----- Por outro lado, também no ano passado, sem a apresentação de quaisquer facturas, a Câmara Municipal de Lisboa apoiara a realização da festa de aniversário da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, com equipamentos, aparelhagem de som, espaço e montagem de um palco. Vieram grupos musicais da região e a festa decorrerá como estava previsto, enriquecendo a cidade e dando perspectivas de continuação dum trabalho cultural que os projectava e engrandecia. -----

----- Disse, depois, que na reunião que recentemente realizaram na Comissão de Educação, Desporto e Juventude, da Assembleia Municipal, o Vereador Pedro Feist, questionado acerca dos apoios financeiros às colectividades e clubes de Lisboa – que ainda não foram atribuídos – declarou que estava contra os subsídios e que os apoios passariam a ser dados às actividades concretas que cada associação realizasse. Grandes apoios estavam a sair desse Pelouro, transformados em facturas de cobrança de “subsídios” para a Câmara, dados por colectividades, clubes, casas regionais e também Juntas de Freguesia! Afinal, a cobrança agora era ao contrário! A Câmara queria tanto incentivar a actividade cultural, desportiva, recreativa e social em Lisboa, que acarinhava tudo e todos exigindo subsídios de manutenção da inactividade da autarquia nessas áreas fundamentais da cidade. -----

----- Sobre essa matéria disse que a Vereadora Ana Sofia Bettencourt assinara, em 19 de Julho, um despacho que era um rebuçado envenenado mas muito bem embrulhado. Falava de apoio às Juntas de Freguesia bem como a diversas organizações culturais, recreativas e desportivas na prossecução do interesse público municipal, queria racionalizar todos os pedidos recebidos por forma a obter a eficácia máxima dos

recursos materiais e humanos disponíveis, dispunha sobre indemnizações à Câmara acrescentando mais de 20% ao valor de aquisição do material caso não fosse devolvido em devidas condições no prazo de oito dias, e, finalmente, na alínea h), determinava que o material seria cedido mediante pagamento de taxas de aluguer previstas na Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais para o corrente ano, salvo se viesse a ser concedida a sua isenção total ou parcial a estabelecer caso a caso – referia-se na alínea i) – pelo Sr. Presidente da Câmara ou pela Sra. Vereadora do Departamento de Administração Geral. -----

----- De facto, a Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro já conheceu bem os efeitos desse despacho da Câmara Municipal de Lisboa, que veio alterar e revogar aquilo que era tradicional, ou seja, o apoio legítimo e apropriado, caso a caso, a cada proposta de iniciativas das Juntas de Freguesia, das colectividades, clubes, casas regionais e associações culturais, desportivas, sociais e recreativas da cidade. -----

----- Disse, ainda, que ele próprio, como membro da Direcção da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, contactara o gabinete do Vereador Pedro Feist pedindo a anulação da cobrança de 575 euros pelo espaço do Pavilhão Carlos Lopes, e a resposta que obtivera foi um rotundo não na medida em que, conforme lhe disseram do gabinete, iria abrir um grave precedente face a outras casas regionais, associações e entidades da cidade. -----

----- De igual modo, o Presidente da Direcção contactara o gabinete da Vereadora Ana Sofia Bettencourt, recendo também uma rotunda negativa quanto à revogação da exigência do pagamento de 1.044 euros pela mera cedência de cem mesas de plástico e uma plataforma de madeira, que não foi completamente instalada pelos serviços nem foi utilizada. -----

----- Assim, ficava clara, mais uma vez, a determinação da maioria de direita em acabar com actividades culturais e populares na cidade. Agora puxavam do despacho número 401-P/2002, e lá iam por água abaixo as pretensões de realizar iniciativas pelas freguesias e também pelas colectividades, clubes, casas regionais e outras entidades. -----

----- A revolta dos amigos e associados da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, das bandas, grupos musicais e autarcas da região que estavam presentes na festa de aniversário do passado sábado, ia estender-se pela Cidade de Lisboa, a ficar infeliz, cada vez mais suja e vazia, enquanto se fazia negócio e dinheiro para até com isso tentar melhorar a actividade de Lisboa no que ela tinha de mais nobre, a vida associativa nos bairros e nas freguesias. Por isso apresentaram a Moção n.º 1, em discussão. -----

----- A terminar, disse que o PCP iria votar favoravelmente a Moção sobre o Parque Mayer, apresentada pelo Bloco de Esquerda. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, no uso da palavra disse que, no período de intervenção do público, um munícipe morador da Freguesia de Santa Catarina tinha-se referido ao trânsito no Bairro Alto, pelo que, enquanto Presidente da Junta, queria aproveitar para lhe dizer que muitas das reclamações e sugestões que ali fizera, e bem, estavam a ser neste

momento equacionadas pela Câmara Municipal de Lisboa, no que dizia respeito à Freguesia da Encarnação/Bairro Alto, e era quanto a essa que podia falar. -----

----- Disse que o coração do Bairro Alto – sabia que o Sr. Dr. João Nabais, morador na Rua da Vinha, Freguesia de Santa Catarina, diria que ela estava a falar do coração e que ele morava nos pulmões – iria ser fechado ao trânsito mas com a garantia de estacionamento para os moradores e também com a garantia de poderem circular os veículos de emergência e os veículos de transporte colectivo, ou seja, os táxis. Mas tudo isso com controlo. -----

----- Por outro lado, também desejava dizer muito claramente que isso teria que ser coordenado com o parque de estacionamento da Praça dos Restauradores e com o Elevador da Glória, e há 11 anos vinha ali clamando para que o Elevador da Glória funcionasse até mais tarde. É certo que o Elevador da Glória era da Carris, mas a Câmara teria que pressionar nesse sentido para que quem fosse ao Bairro Alto pudesse fazê-lo em segurança. Ou seja, pudesse deixar o carro no parque de estacionamento da Praça dos Restauradores, subir o Elevador da Glória, apreciar uma das sete lindas colinas da cidade e ir em segurança fruir o Bairro Alto, e também os moradores pudessem em segurança viver no Bairro Alto, zona residencial onde havia alegria e a fruição do prazer, prazer que não queriam retirar mas queriam que acontecesse em segurança, quer para quem lá morava, quer para quem lá ia. -----

----- Portanto, em suma, o que pretendia dizer era que algumas das sugestões dadas estavam a ser contempladas no último documento que estavam a negociar com a Câmara, que, aliás, também já contemplara um documento aprovado em 1993 que era “Circular e Viver no Bairro Alto”, que começara a ser implementado mas que, infelizmente, a falta de civismo e a falta de respeito pelos outros com o estacionamento desordenado por parte de quem ia ao Bairro Alto, não dera o resultado esperado. Isso levava a que a Assembleia de Freguesia e o Executivo deliberassem no sentido de sugerir que se encerrasse o coração do Bairro Alto ao trânsito automóvel, excepto aos moradores, mas com controlo. -----

----- Seguidamente, disse que como transmontana que vivia em Lisboa há 43 anos e membro do Conselho Fiscal da Casa de Trás-os-Montes, desejava também protestar quanto à forma como a Câmara actuava não só em relação à Casa de Trás-os-Montes como em relação a todas as outras casas regionais, colectividades que eram quem mantinha ainda a tradição de muitos dos bairros de Lisboa, porque, efectivamente, não concordava com a exigência de pagamento para exercer uma actividade que era a união dos transmontanos na cidade e tão importante para o desenvolvimento social, cultural e comercial de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra, disse que se ia referir a uma intervenção feita por uma cidadã de Marvila que, no período de intervenção do público, aludira a uma preocupação que a Junta vinha manifestando quanto a alguns dos aspectos que mais tinham a ver com a qualidade de vida na freguesia. -----

----- Referira-se a aludida cidadã à questão da limpeza, mas agora, felizmente, porque tem chovido as ruas estavam lavadas. Referira-se, ainda, à limpeza diária que também

agora, porque tem havido vento, ia sendo feita. Portanto, a Junta corroborava por inteiro as afirmações dessa sua freguesa. -----

----- Com isso, porém, não queria dizer que a culpa era dos trabalhadores da limpeza sediados em Marvila, mas sim que o número de pessoas que a Câmara tinha para fazer o trabalho na freguesia, uma freguesia enorme com inúmeros espaços devolutos, era manifestamente insuficiente. Seria preciso quase o dobro do pessoal para manter uma freguesia, com as características que Marvila tinha, com os níveis mínimos exigíveis de limpeza, como a população desejava e merecia. -----

----- Por outro lado, manifestara também a sua freguesa alguma preocupação no tocante à limpeza e manutenção dos espaços verdes, preocupação essa que a Junta partilhava porquanto Marvila teve grande desenvolvimento nessa área nos mandatos anteriores. Marvila teve, de facto, um forte investimento nos bairros sociais em termos de espaços verdes, mas, infelizmente, corria o risco de ver todo o trabalho feito nesses mandatos ir por água abaixo se não fossem tomadas medidas para a manutenção desses espaços. A Junta já solicitara audiências aos responsáveis políticos da Câmara Municipal de Lisboa e esperava agora, passado que estava o período de férias, que essas audiências viessem a ser calendarizadas para se procurar encetar formas que pudessem levar à resolução desses graves problemas que Marvila e a própria cidade poderiam vir a ter se não lhes fosse dada a devida atenção. -----

----- Continuando, disse que através de uma Moção apresentada pelo seu camarada, Deputado Municipal Silva Dias, na reunião realizada no dia 23 de Julho de 2002, foram trazidas à Assembleia Municipal, mais uma vez, as graves consequências sentidas pela população devido à falta de uma política de transportes, Moção essa em que se solicitava que o transporte público fosse privilegiado na Cidade e se exigia à Câmara que rejeitasse os argumentos economicistas e financeiros da Carris que têm levado a que cada vez mais o transporte público se afastasse dos cidadãos em prol dos transportes privados. -----

----- Como todos certamente se recordavam, essa e outras moções foram aprovadas nessa reunião e baixaram à respectiva Comissão, concretamente a Comissão Permanente de Urbanismo, Rede Viária e Circulação, para que sobre essa problemática se pronunciasse. Mas a verdade era que de muito pouco tinha valido a aprovação de moções desse género, porquanto a Carris continuava a fazer tábua-rasa dos interesses das populações e das preocupações dos autarcas, já que as supressões de carreiras continuavam, os trajectos eram alterados e os percursos eram reduzidos pela Carris a seu bel-prazer. -----

----- Portanto, era na sequência dessa política que não servia por ser uma política de anti-transporte público, que apresentavam hoje uma Moção, concretamente a Moção n.º 3, no sentido de que a Câmara intercedesse, mais uma vez – se é que já o fez – junto da Carris de modo a exigir a suspensão de todos os projectos ou programas que visassem a alteração ou supressão das carreiras, até que a Comissão Permanente de Urbanismo, Rede Viária e Circulação elaborasse o seu parecer e as suas conclusões fossem aprovadas em Assembleia. -----

----- Este era o sentido da Moção que hoje apresentaram, e esperavam que, desta vez, a Câmara Municipal de Lisboa tivesse força suficiente para pressionar a Carris, porque não se podia brincar com os cidadãos como se brincava com a falta de transportes públicos que havia na cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, aludindo à Moção n.º 1 e a algumas intervenções feitas sobre a matéria versada na mesma, disse que lhe parecia que era importante ter consciência que havia ali a introdução de um mecanismo político novo, sobre o qual a discussão deveria ser aberta e franca tentando evitar a questão casuística de uma ou outra situação. Percebia que o impulso tivesse sido em função de uma determinada festa e essa tivesse galvanizado para uma discussão mais lata, mas era seu entendimento que a discussão política deveria ser mais vasta nesse sentido, até porque, possivelmente, a Vereação teria uma justificação em termos de custos que deveriam ser minimamente suportados por quem os utilizava. -----

----- Possivelmente a Câmara teria aí custos em termos de transporte e de montagem, eventualmente adjudicados a terceiros, os quais era questionável quem devia pagar, se o todo da cidade ou se parte ser mitigado por essas associações. Esse era o ponto político que estava na mesa com a introdução desta nova metodologia por parte da Câmara. -----

----- Por outro lado, também lhe parecia que estava escamoteado da Moção um ponto importante: nos termos do regulamento de taxas, para as entidades sem fins lucrativos, desde que com o patrocínio da Câmara e desde que o evento fizesse menção expressa a esse apoio, havia a isenção desse pagamento. -----

----- Portanto, a questão que se colocava, não necessariamente a esta festa mas a outros eventos futuros, era se a entidade organizadora queria ou não solicitar o apoio da Câmara e, eventualmente, o patrocínio para esse mesmo evento, porque, se o tivesse, tal significaria que estava isenta do respectivo pagamento. Caso não, então sim teria que fazer o pagamento de acordo com a análise feita pela Câmara. -----

----- Por isso, não lhe parecia que fosse linear esse entendimento que todas as associações estavam coarctadas desse tipo de apoio, que todas tinham que pagar, porque isso seria deslocar o debate que ali estava posto. -----

----- O facto concreto era que havia uma nova intenção da Vereação em termos de fazer repercutir os custos, que tinha que solicitar junto de terceiros, na organização de cada evento, mas mantinha-se, nos termos do regulamento de taxas, que se as entidades promotoras fizessem menção expressa do apoio da Câmara ficassem isentas desse pagamento. -----

----- Nesse aspecto, parecia-lhes que a Moção estava incompleta já que não traduzia o quadro global da questão em apreço, e, por essa razão, o PSD iria votar contra. Isto sem prejuízo de uma discussão mais alargada da matéria. -----

----- A terminar, disse que o PSD votaria favoravelmente a Moção relativa ao Parque Mayer e quanto às restantes outros companheiros seus iriam intervir. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Santos (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, no uso da palavra, disse que ia abordar algumas questões para as quais

chamava a atenção do Presidente da Assembleia e do Vereador substituto do Presidente da Câmara, porquanto eram questões relacionadas com as Grandes Opções do Plano. -----

----- 1 – Relativamente à escola e jardim da Bela Flor, que tinha orçamentado um valor de 2.437.339 euros e que estava para começar no próximo mês de Dezembro, desejava saber em que pé estava o processo. -----

----- 2 – Estava programado fazer um lar na Rua D. Carlos Mascarenhas o qual, segundo lhe constava, estava a ser agora adjudicado quando as obras deveriam ter sido iniciadas no passado mês de Agosto e nada tinha começado. A Câmara, segundo pensa, está a tratar com os empreiteiros que vão intervir na obra, mas porque se trata também de uma obra de certa forma avultada desejava igualmente saber o ponto da situação. -----

----- 3 – Sobre o Corredor Verde, do Arqtº Ribeiro Teles, desejava também saber o que se passava porquanto se tratava de uma obra para acabar em 2004 mas na zona que dizia respeito à sua freguesia não estava nada mexido. Os jardins foram começados mas a parte que levava a Monsanto estava completamente parada. -----

----- 4 – Tendo o Sr. Presidente da Câmara prometido uma piscina em cada freguesia e tendo-lhe ele próprio já dito que tinha um terreno por baixo da Ferrovia, na Av. Miguel Torga, onde se podia perfeitamente construir uma piscina já que tinha uma faculdade ao pé e tinha também uma igreja que seria melhorada na envolvente, tendo conhecimento o Sr. Presidente da Câmara de tudo isso questionava porquê não arrancar com esse projecto. -----

----- A terminar, chamou a atenção do Vereador Pedro Pinto dizendo que o projecto Praia-Campo Sénior não constara inicialmente do Orçamento e as Juntas de Freguesia, não só a sua, tiveram que desviar verbas próprias para cumprir esse projecto, pelo que solicitava à Câmara que providenciasse o desbloqueamento das respectivas verbas já que, como era óbvio, faziam falta às Juntas. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, começou por dizer que o Bloco de Esquerda dava o seu apoio às intervenções feitas e às moções números 1 e 3, pelas razões já expostas que escusavam de repetir mas que reforçariam com o seu voto. -----

----- Sobre a Moção n.º 2, relativa ao Parque Mayer, disse que a apresentaram não porque fossem contra que estivesse a haver concertos no Parque Mayer por artistas ou que se tivesse montado uma tenda, ou até que houvesse alguma revista a ser colocada em cena, mas pura e simplesmente porque a Assembleia Municipal, como certamente os Deputados Municipais mais antigos se lembrariam, já travara, em mandatos anteriores, debates vivos e acesos sobre o Parque Mayer. -----

----- Recordou que sobre o Parque Mayer já ali debateram os interesses especulativos do grupo americano do ex-embaixador da CIA em Portugal, Frank Carlucci, hoje representado pelo Dr. Artur Albarran, já depois disso souberam que a empresa Braga Parques tomara conta daquilo e, agora, a única nota que liam na informação escrita do Sr. Presidente da Câmara – onde pensavam que poderia constar alguma explicação sobre qual era a estratégia, quais eram os intervenientes e quais eram os planos para o

local – apenas se dizia: “a intervenção ocorrida no Parque Mayer cujo relançamento cultural e urbano é uma realidade irreversível”. -----

----- Tudo bem, apoiavam isso, mas não sabiam como era irreversível essa realidade. Com tendas de certeza que não era, seria com um plano de renovação e de reestruturação de todo o Parque Mayer! -----

----- Todos sabiam, escusavam de fazer o papel de avestruz, que estavam a falar de um apetite devorador dos agentes imobiliários na cidade porque estavam a falar de terrenos supervaliosos na zona da Av. da Liberdade, e, portanto, o que queriam saber era em que projecto ou em que plano assentava essa acção irreversível do ponto de vista cultural do Parque Mayer: que área seria construída para habitação, para escritórios, para actividades culturais, quantos teatros, quantos cinemas, o que era que iria ser apoiado. -----

----- Nomeadamente, estranhavam isso porque não tendo o Bloco de Esquerda nada contra que se tivesse montado uma tenda e que se tivessem convidado – e naturalmente pago – artistas para irem actuar no Parque Mayer, ao mesmo tempo um grupo de teatro reconhecido, com prémios ganhos internacionalmente, os Artistas Unidos, de repente não tenham onde estrear uma peça premiada internacionalmente! De facto, não percebiam porquê tanta campanha de um lado quando do outro não era assim, e quando, inclusivamente, para guardar os cenários a Câmara respondia aos Artistas Unidos que não encontrava as chaves do armazém que já decidira ceder-lhes em Braço de Prata. -----

----- Disse, depois, que lhes foi solicitado que retirassem do primeiro ponto da Moção as palavras “com urgência” para não banalizar essas palavras que poderiam ser usadas para coisas como intempéries, prédios a cair, ou outras do género, o que aceitavam mas queriam dizer que seria bom que a Câmara informasse a Assembleia dos seus planos e projectos antes de ter qualquer compromisso assumido, até para que a Assembleia não viesse a ser confrontada, mais tarde, com uma realidade semelhante à do EURO-2004 porque entretanto já havia compromissos. Ou seja, queriam ter capacidade para participar no debate sobre a renovação do Parque Mayer antes que houvesse compromissos assumidos com qualquer entidade, porque depois dos factos consumados ficavam com o espaço democrático para debate extremamente encurtado.

----- A concluir, disse que o Bloco de Esquerda gostaria também de ter apresentado uma Moção sobre o problema concreto do infantário do Bairro Grandela, que por decisão do Ministério da Saúde, que teria a ver com segurança, foi decidido fechar apesar de ter já mais de trinta crianças inscritas para iniciar o ano. Só recebera os dados na última segunda-feira, ao fim do dia, e conseqüentemente não teve tempo para fazer a Moção com algum rigor e por isso a não pudera apresentar. No entanto, chamava a atenção da Câmara para essa realidade porque estavam a tratar de crianças. Sabia que a Junta de Freguesia e a Câmara estavam a tentar encontrar um espaço alternativo, mas para além dum espaço alternativo era necessário também ver quais as formas para apoiar a Associação de Moradores desse bairro da zona de Benfica que geria o infantário, porque era difícil a Associação por si só fazer as obras que eram necessárias para a recuperação do infantário. -----

----- **O Deputado Municipal Vítor Agostinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente de Fora, referindo-se à Moção relativa ao fornecimento de materiais às colectividades, apresentada pelo seu partido, bem como àquilo que sobre a mesma havia dito o seu camarada, Deputado Municipal Modesto Navarro, disse que esse fenómeno estava também a chegar, por força dessa determinação camarária, às Juntas de Freguesia. Ou seja, estavam perante um ataque a tudo que o que de mais belo se tem feito na cidade, que era o trabalho que a Juntas fizeram localmente nos mandatos anteriores. -----

----- Portanto, tratando-se de uma questão de ordem política, o problema que ali teriam que colocar à Câmara era se o seu objectivo, em termos culturais, desportivos e recreativos, era acabar com eles, era desencorajar o movimento associativo e as Juntas de Freguesia de fazer esse trabalho, ou se, de facto, isso teria a ver com uma outra coisa qualquer que a todos pasmava. E quando referia que a todos pasmava – admitia que alguns Vereadores não se tivessem apercebido da monstruosidade dessa decisão – era porque se falava com as Juntas de Freguesia como se de entidades privadas se tratasse. -----

----- Dando um exemplo concreto, disse que para levar a cabo uma acção cultural na sua freguesia, com a actuação de ranchos folclóricos, a Câmara Municipal, através dos serviços, informara que teriam de pagar, pela utilização do mercado, uma determinada importância destinada ao funcionário que lá ficava a tomar conta das instalações, e que teriam que pagar antecipadamente. -----

----- Continuando, depois de referir que a questão levantada pelo Deputado Municipal do PSD que intervieria sobre esta matéria nem sequer estava na Postura, disse que a questão era se a Câmara Municipal de Lisboa, devido ao seu marasmo na cidade, queria ir à boleia das colectividades e das Juntas de Freguesia quando se referia que, a troco do empréstimo da cadeira, determinado evento tinha o apoio da Câmara para depois vir dizer que tinha um grande trabalho no plano cultural, desportivo e recreativo, enganando-se até a si própria porque não tinha feito esse trabalho. Esta questão estava na ordem do dia e teria que ser vista como coisa séria e importante para desenvolver a cultura, o recreio e o desporto na cidade. -----

----- Por tudo isso, era seu entendimento que a apresentação da referida Moção tinha toda a razão de ser, e todos, nomeadamente os Presidente de Junta já que todos tinham entidades sem fins lucrativos nas suas freguesias, deveriam pensar bem nessa situação porque a posição tomada pela Câmara constituía efectivamente um peso grande para quem promovia as iniciativas e pouco peso tinha, em termos de receitas, para o Município. -----

----- Por conseguinte, conforme se referia na Moção, era entendimento do PCP que deveria ser revogado o despacho 401-P/2002, ou então que rapidamente fosse publicado um outro despacho do Sr. Presidente da Câmara clarificando estas questões porque a cidade, se assim não fosse, acabaria por perder a sua força cultural, desportiva e recreativa e quem seria penalizado com isso seriam os municípios de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal José Cal Gonçalves (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, disse que na Moção n.º 3 se referia a problemática dos transportes na Cidade de Lisboa, preocupação que também movia o PSD, mas pela sua leitura parecia que se pretendia, de algum modo, que as Juntas de Freguesia fossem postas fora da problemática, quando, na sua opinião, as Juntas de Freguesia deveriam ter uma acção efectiva no levantamento das preocupações e no sentir das populações, e a referida Moção, ao atirar a questão para cima da Câmara Municipal, parecia alijar essa preocupação. -----

----- De facto, entendiam que deveriam ser as Juntas de Freguesia, em primeira linha e no terreno, a fazer esses levantamentos e depois apresentá-los à Assembleia e à Câmara Municipal, ao contrário do que era referido na Moção. -----

----- Por outro lado, ao recomendar que a Câmara intercedesse junto da Carris para evitar a supressão ou a alteração de carreiras, parecia-lhes que, mais uma vez, se procurava atirar sobre a Câmara essa responsabilidade de interceder junto da Carris. --

----- Em vez disso, esperavam ver na Moção a defesa daquilo que tem sido a posição da Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente do seu Presidente, ao pugnar no sentido de que toda a problemática dos transportes fosse centralizada numa Autoridade Metropolitana de Transportes, onde, aí sim, a Câmara Municipal de Lisboa tivesse uma posição de relevo na concertação dos transportes na Cidade de Lisboa. E não só em relação à Carris mas também em relação aos demais operadores. -

----- Essa a razão porque o PSD se iria abster na votação desta Moção. -----

----- Seguidamente, disse que face àquilo que foi a forma desajeitada de intervenção no Casal Ventoso e na Curraleira, no mandato anterior, a sua freguesia, situada na zona central da cidade, constituída pela Av. Almirante Reis, Largo do Intendente e zonas adjacentes, estava hoje transformada num autêntico supermercado da droga, com todos os problemas que daí advinham para as populações residentes, pelo que, como Presidente da Junta, desejava deixar essa preocupação nesta breve nota, sendo certo que, proximamente, voltaria à questão com um relatório mais detalhado sobre a matéria. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que o PEV estava de acordo com as Moções hoje apresentadas e, portanto, votá-las-ia favoravelmente. -----

----- No entanto, em relação à Moção n.º 1, pretendia ainda dizer que o PEV partilhava da indignação ali trazida pelo Deputado Municipal Modesto Navarro, relativamente a essa tentativa de mercantilização dos materiais da Câmara, já que isso representava uma facada na iniciativa popular. -----

----- Relativamente à Moção n.º 2, apresentada pelo Bloco de Esquerda, disse que, sem prejuízo do conteúdo da própria Moção, o PEV considerava que já era tempo da Assembleia Municipal saber o que pretendia a Câmara fazer no Parque Mayer. -----

----- Quanto à Moção n.º 3 disse que se congratulavam com a oportunidade da sua apresentação e estavam certos que a Câmara Municipal tê-la-ia em conta, até porque aderira à Semana Europeia da Mobilidade, que, aliás, estava a decorrer, ainda que não o parecesse. Portanto, até para que as acções da Câmara Municipal, durante a Semana

Europeia da Mobilidade, não se ficassem apenas pela estreia dos bloqueadores, por parte da EMEL, em automóveis mal estacionados, estavam certos que ela observaria esta Moção. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, começou por dizer que era de sublinhar a intervenção ali feita por um munícipe sobre o Parque das Nações, no período de intervenção do público, sobretudo pela preocupação demonstrada com a qualidade de vida, coisa que a todos pautava na Assembleia Municipal. O Grupo Municipal do Partido Socialista não queria deixar passar sem comentar a importância que tinha esse “grito” hoje ali trazido, e, por isso, saudavam a importância do papel que os actos dos cidadãos tinham na vida política da cidade. -----
----- E isso era tanto mais importante, quanto era certo que estavam todos a assistir a algo que se estava a passar no Parque das Nações que certamente os deixaria a todos muito preocupados, já que naquilo que foi uma operação muitíssimo bem sucedida em termos de recuperação de uma parte degradada que se transformara numa zona de excelência da cidade, estavam hoje a assistir, infeliz e lamentavelmente, a mais um excesso de construção que manifestamente punha em causa aquilo que era a excelência daquele espaço. -----

----- Daí juntar a sua voz à voz daqueles que começavam a clamar e a dizer que bastava, que era tempo de parar, tempo de pensar, tempo de reflectir, até porque na Parque-EXPO e a sociedade que a explora, a Câmara Municipal de Lisboa tinha também responsabilidades, e de tal forma que até o administrador-delegado era o próprio Presidente da Câmara. Consequentemente era oportuno dizer-se que este era o areópago para chamar a atenção dos órgãos da cidade para que algo ia mal no Parque das Nações. Não podiam continuar a olhar para o lado como se nada tivessem a ver com o que ali se passava, porque, de facto, tinham muito a ver, diria mesmo que tinham tudo, pelo que era tempo de dizer que não se podia mais continuar apenas e tão só com uma preocupação meramente economicista, que era o que efectivamente estava a pôr em causa a qualidade de vida dos cidadãos de Lisboa, que a ela tinham direito e a mereciam ter. -----

----- Por isso, o seu obrigado ao munícipe por ter trazido à Assembleia Municipal este problema tão pungente para a cidade. -----

----- Aludindo às moções apresentadas, disse que a n.º 1 os preocupava, porquanto, lamentavelmente ou talvez não, podiam começar a descortinar nela aquilo que era um motivo de preocupação para a bancada do PS, e certamente para todas as outras, não ousava pensar o contrário, que era uma coisa que começava a ser muito visível e que tinha a ver com o facto da Vereação da Câmara Municipal de Lisboa estar eivada de uma enormíssima preocupação com o económico. Diria mesmo que nesta altura estavam a assistir à situação de tudo começar a ser posto em causa desde que não desse lucro à Câmara, e essa era, de facto, uma situação altamente preocupante. -----

----- Obviamente, o PS iria votar favoravelmente a Moção porque ela questionava um despacho da Câmara que não tinha em conta a importância da vida cultural, associativa e recreativa da cidade, e a importância que isso tinha para o seu

desenvolvimento e para a vida cultural e mundana de uma parte dos munícipes de Lisboa. -----

----- De facto, o despacho 401-P/2002, ao exigir o pagamento pela cedência de alguns materiais, punha em causa o movimento associativo e era um vil ataque a uma actividade essencial para a vida da cidade. Isso era preocupante porque também aí se notava que começava a haver, apenas e tão só, uma visão meramente mercantilista da gestão camarária. Mas também a isso teriam que dizer basta porque não podia ser esta a visão de quem geria a Cidade de Lisboa. -----

----- Sobre a Moção n.º 2 disse que as preocupações eram de outra índole. Obviamente votariam favoravelmente essa Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, que, aliás, era uma Moção interessante sobretudo porque trazia para o debate da Assembleia um tema onde ele teria que ser centrado, e onde diria mesmo que estranhamente ainda não tinha entrado apesar de ser uma preocupação e uma prioridade do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Daí dizer que estranhavam que esse assunto tivesse tido nas parangonas dos jornais uma tão vasta comunicação do Sr. Presidente da Câmara, e a Assembleia Municipal de Lisboa não tivesse merecido uma única palavra sobre a matéria. -----

----- Ainda a propósito da Moção n.º 2, disse que ia referir um tema colateral que era um humilde pedido que fazia ao Presidente da Câmara substituto no sentido de informar a Assembleia sobre o que se estava a passar com o projecto que foi pedido ao Arqtº Gonçalo Birne a propósito das normas para o Plano de Pormenor do Palácio da Ajuda. A Assembleia Municipal gostaria muito de saber alguma coisa sobre o que se estava a passar, porque lhes parecia que também nessa área não podiam ficar excluídos desse importantíssimo dado, pese embora comesçassem a estar habituados a que a Câmara, lamentavelmente diria, pretendesse decidir tudo fora deste que era, por excelência, o órgão político da sua fiscalização. Portanto, humildemente pediam à Câmara que viesse dialogar com a Assembleia porque isso era importante, não propriamente para os Deputados Municipais mas para que a cidade soubesse aquilo que, hipoteticamente, a Vereação pretendia fazer de importante para a cidade. -----

----- Relativamente à Moção n.º 3 disse que estavam de acordo com ela, mas parecia-lhes que, apesar de tudo, faltava ali uma coisa: é que, em tempos, sempre que era apresentada uma Moção deste teor o PCP tinha a preocupação de dizer, e bem, “recomendar à Câmara Municipal de Lisboa e ao Governo” e agora que o Governo era do PSD, o PCP deveria ter também a preocupação de dizer a mesma coisa que dizia quando o Governo era do PS, ou seja, “recomendar à Câmara Municipal de Lisboa e ao Governo – que até estavam em sintonia – que intervenham junto da Carris”, até porque não se podiam esquecer que a tutela da Carris não era da Câmara Municipal de Lisboa mas sim do Governo. Portanto, a seu ver, faltava acrescentar no ponto 2 da Moção “ ... e ao Governo” porque só assim faria sentido. Aliás, não fazia sentido que em tempos, quando o Governo era do PS, se “batesse” na administração da Carris apenas porque se queria bater no Governo do PS e agora o PCP não fizesse o mesmo quando o Governo era do PSD. Sabia que não era essa a intenção mas gostava que as coisas ficassem clarificadas. -----

----- Sobre o voto de pesar – Moção n.º 4 – disse que a figura da Dra. Maria Helena Vaz da Silva justificava que a Assembleia Municipal aprovasse esse voto de pesar por unanimidade, mas sobretudo reconhecesse o papel importante dessa Senhora para a cultura em Portugal, e designadamente para a cultura na Cidade de Lisboa. Estava perfeitamente à vontade porque, como era público e notório, a Dra. Maria Helena Vaz da Silva nunca tivera rigorosamente nada a ver com o PS, mas isso não era importante agora. Era uma mulher da cultura, foi uma mulher importantíssima para a cidade de Lisboa e, portanto, em nome do Partido Socialista, queria dizer ali que sentiram muito a perda porque Lisboa perdera muito com a morte de Maria Helena Vaz da Silva. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que na Moção n.º 1 se dizia: “A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 17 de Setembro, delibera.” Ora, a Assembleia não deliberava, recomendava à Câmara! Portanto, havia ali um problema de redacção que teria que ser alterado. Aliás, era estranho que o PCP, habituado como estava a fazer moções, se enganasse na elaboração desta. -----

----- Depois, continuando a referir-se à Moção n.º 1, disse que quem “caísse” ali agora, vindo dum planeta exterior, pensaria que estavam no PREC já que tudo era posto em causa, as liberdades estavam postas em causa, as iniciativas da sociedade civil eram postas em causa e a Câmara era um obstáculo ao desenvolvimento cultural das múltiplas associações e colectividades existentes em Lisboa, por causa de um tal despacho que limitava a acção dessas associações, quando, na verdade, não era nada disso. -----

----- De facto, ver o Bloco de Esquerda e o PCP falar nisso não os admirava porque já estavam habituados, mas o Deputado Municipal Dias Baptista, que normalmente tinha uma postura mais serena, como o provara, aliás, a última parte da sua intervenção quando se referira ao voto de pesar, de que pessoalmente também corroborava as palavras que foram ditas quanto ao papel fundamental que Helena Vaz da Silva teve na cultura portuguesa e nomeadamente na Cidade de Lisboa, mas fora isso também embalara no PREC naquilo que era a manifestação de que a Câmara estava a perseguir, ostensivamente, aquilo que era o desenvolvimento da actividade cultural e associativa da cidade, preferindo o económico a esse mesmo desenvolvimento. -----

----- Era óbvio que ninguém da Assembleia Municipal, incluindo os Deputados Municipais do PCP e do Bloco de Esquerda, via no Executivo camarário esses objectivos, esse efeito persecutório relativamente às associações. O que via era uma tentativa no sentido de moralizar de alguma forma aquilo que era a utilização dos recursos municipais. -----

----- Sobre o problema concreto colocado pelo Deputado Municipal Modesto Navarro, disse que a forma como ele o apresentara e acreditando ser verdade o que afirmara, como pessoalmente acreditava, levava-os a pensar que teria havido alguma falta de cuidado na análise do processo, mas isso era uma posição que se teria que pôr à Câmara para ela reflectir sobre o assunto e, eventualmente, alterar de alguma forma aquilo que acontecera. -----

----- No entanto, também era evidente que o despacho, como o Deputado Municipal Pedro Portugal referira, dava a prerrogativa à responsável por esse sector da Câmara de isentar a associação desse pagamento quando a iniciativa tivesse o patrocínio da Câmara. -----

----- Portanto, parecia-lhe que estavam ali a fazer uma tempestade num copo de água, que estavam a exagerar uma coisa que não tinha a intenção que os partidos da oposição apontavam à Câmara. -----

----- Relativamente ao Parque Mayer, disse que, finalmente, se via luz, já que, como todos sabiam, o Parque Mayer representava um apetite extraordinário. Ele próprio, durante os mandatos anteriores, integrando algumas Comissões, recordava-se que tiveram oportunidade de receber os proprietários da zona que sempre manifestaram intenção de desenvolver ali um conjunto enorme de imobiliário para, como era evidente, defenderem o mais possível os seus interesses, e sempre houve uma guerra enorme em relação a tudo aquilo que era a preocupação de manter a zona como um local de cultura, diversão e animação para a cidade, e agora conseguia-se encontrar uma solução que, no fundo, satisfazia a todos. -----

----- Era evidente que estava de acordo, mas, de qualquer maneira, era importante que a Assembleia tivesse conhecimento de qual era essa solução. Para já, congratulava-se com aquilo que era o plano apresentado para o Parque Mayer, que procurava solucionar aquele espaço devolvendo-o à cidade como um local privilegiado de animação. -----

----- A concluir, disse que o prestígio da Assembleia devia ser tido em conta, o que não acontecia no passado. O Deputado Municipal Dias Baptista falara relativamente às questões de consideração pela Assembleia, ele próprio várias vezes referira que isso não existia no mandato anterior, ainda agora tinha dito ao representante do Presidente da Câmara Municipal que duas das propostas agendadas não tinham a informação suficiente, mas como dizia no passado continuava a dizer agora que a Assembleia devia ser prestigiada e informada daquilo que interessava à cidade para decidir em consciência. O Deputado Municipal Dias Baptista, porém, só tinha essa preocupação agora quando deveria tê-la tido também no passado. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, disse que passados nove meses da tomada de posse queria chamar a atenção para questões da sua freguesia que estavam por resolver, devido a enorme desorientação por parte do Executivo camarário. -----

----- Assim, começou por referir que a Câmara continuava a negar verbas para as pequenas obras em habitações dos idosos do centro histórico de Carnide, que estava ao abandono; -----

----- O tão badalado programa de emparedamento de edificios devolutos foi apenas *show* para a televisão ver, já que na sua freguesia apenas um único edificio foi emparedado; -----

----- Há cerca de sete meses pedira ao Regimento de Sapadores Bombeiros, com conhecimento ao Vereador responsável, uma vistoria ao centro histórico de Carnide com carácter de urgência, mas decorrido esse tempo a vistoria continuava por fazer; --

----- A conclusão do realojamento do Parque dos Artistas de Circo, que tivera início ainda na Vereação anterior, estava por concluir, as casas estavam prontas para os novos habitantes mas estavam ainda por entregar; -----

----- O processo de realojamento do Vale do Forno, depois de tão badalado nos jornais que já tinha uma solução à vista, arrefecera; -----

----- A GEBALIS continuava sem dar resposta atempada às solicitações dos moradores, há nove meses que não se faziam obras em casas do Bairro Padre Cruz, casas com mais de 40 anos, e o protocolo que havia com a Junta de Freguesia de Carnide estava suspensa; -----

----- Não havia resposta aos inúmeros ofícios que as Juntas de Freguesia enviavam, quer para os vários departamentos da Câmara, nomeadamente trânsito e transportes, quer para a própria GEBALIS. Aliás, no caso concreto da sua Junta de Freguesia, 80% dos ofícios enviados para a Câmara ficavam sem resposta; -----

----- A promessa de colocação de polícias municipais nas escolas ficara pelo caminho, não chegara a Carnide; -----

----- As obras dos arranjos exteriores dos parques de estacionamento da Quinta da Luz estavam por avançar. O caricato da situação era que os parques estavam construídos e os arranjos exteriores estavam por fazer porque há nove meses se estava para lançar o concurso, como, aliás, um simples parque infantil também esperava há nove meses pelo lançamento do concurso; -----

----- As colectividades não sabiam ainda se iam receber apoios da Câmara apesar das verbas estarem orçamentadas, e, no entanto, já tinha havido apoios de milhões de euros para o Benfica e para o Sporting; -----

----- As verbas dos protocolos de descentralização de competências para as Juntas de Freguesia estavam em atraso, a Câmara continuava em dívida com as Juntas de Freguesia, estavam já no último trimestre e ainda não receberam a segunda tranche. ---

----- Enfim, autêntica desorientação, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Ricardo Chaves (PSD)**, no uso da palavra, aludindo à intervenção feita pelo munícipe Eng.º Galvão de Melo, no período de intervenção do público, sobre uma construção na zona da EXPO, disse que sendo certo que a reclamação apresentada pelo munícipe era legítima e os preocupava, também era certo que havia responsáveis por essa matéria, e o PSD informava que nenhum deles estava ligado ao partido, fosse em que posição hierárquica fosse. -----

----- Era necessário explicar que a legislação ao abrigo da qual a construção em causa surgia, era uma legislação especial no âmbito do programa da EXPO'98, legislação essa que definia que os planos de pormenor eram aprovados pelo Governo, e o licenciamento, até 31 de Dezembro de 1999, era feito pela Parque-EXPO SA, e, nessa perspectiva, era de recordar que foi o Ministro José Sócrates que, no último dia em que era admissível fazê-lo, alterara o plano de pormenor contemplando, no fundo, a autorização implícita para que o edifício em questão fosse tal qual como era hoje. -----

----- Mais: o que sucedera a esse propósito foi que o anterior Executivo deixara mais de 100 processos de licenciamento por resolver, porque de 31 de Dezembro de 1999 a esta parte já era competência da Câmara Municipal de Lisboa licenciar, mesmo tendo

que se sujeitar aos planos de pormenor aprovados governamentalmente. O certo era que estavam mais de cem processos a ser trabalhados neste momento, com o maior dos esforços e diligências mas com todas as dificuldades inerentes a um trabalho que não tinha sido feito por quem deveria fazê-lo atempadamente, e muitas vezes tinham que lidar com situações de facto consumado, que, repetia, eram da responsabilidade por um lado do Governo do PS e, por outro lado, do anterior Executivo da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Depois, para responder ao município que pôs a questão e também para mostrar que a atitude do actual Executivo camarário era diferente, disse que houve duas construções, igualmente previstas no plano de pormenor, o PP3, que foram inviabilizadas porque ainda não estavam construídas e o pedido foi indeferido pela actual Câmara Municipal, construções essas que se situavam à entrada da EXPO, tinham 20 pisos cada uma e necessariamente iriam ferir o tecido urbanístico e a beleza do projecto inicial da EXPO'98. -----

----- Portanto, iam sendo confrontados sistematicamente – já começava a cansar um pouco – com situações de facto consumado, relativamente às quais o Executivo vinha fazendo tudo o que estava ao seu alcance para resolver da melhor forma fazendo face às preocupações dos cidadãos, sendo que da parte dos partidos que tiveram responsabilidades nessas matérias tinham que assistir permanentemente a um atirar da bola para o lado do PSD, como se a responsabilidade fosse sua. -----

----- Mas nesse tipo de discursos não iriam entrar, diriam, apenas, que tudo aquilo que ainda pudesse ser alterado, o PSD, na Assembleia Municipal e com certeza também no Executivo, faria tudo o que pudesse para que se respeitasse a legalidade e os interesses dos municípios de Lisboa. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que, para ficar em acta, desejava fazer apenas uma observação. Também ele era muito crítico dessas Portarias que foram publicadas em 31 de Dezembro de 1999, era até questionável se essas Portarias foram publicadas nos termos da Lei, já que não se recordava de ter havido debate público, e se não houve debate público restava saber se elas vigoravam. Aliás, conhecia casos em que era alegado que o que estava na Portaria não correspondia ao que eles pensavam fazer, portanto houve lapso mas estavam a ser consolidados edificios em cima de lapsos não corrigidos, o que era também uma situação surrealista. -----

----- Mas a observação que queria fazer, neste caso concreto, era que a tese dos moradores ia no sentido de que o regulamento de 1999 era violado. Portanto, a matriz do erro estava na decisão administrativa que, segundo os moradores, a violação da Portaria de 1999 autorizara, não os edificios mas aquele “muro da vergonha”, porque era um muro da vergonha de facto. -----

----- Seguidamente, terminadas as intervenções, iniciou o processo de votação das moções, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 1**, apresentada pelo PCP, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM, com a alteração introduzida ao último parágrafo onde constava a palavra “delibera” passando a constar: “delibera recomendar”. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 2**, apresentada pelo BE, com a alteração do ponto n.º 1 da parte deliberativa donde foi retirada a expressão “com urgência” -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 3**, apresentada pelo PCP, com a alteração introduzida no ponto n.º 2 da parte deliberativa, onde em vez de constar: “recomendar à CML ...” passara a constar: “Recomendar à CML e ao Governo ...” com votos favoráveis do PCP, PS, PEV, BE e PPM, e a abstenção do PSD e CDS-PP. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 4**, que era um voto de pesar pelo falecimento de Helena Vaz da Silva, apresentado pelo Presidente da Junta de Freguesia dos Mártires e também subscrito pela Mesa e pelos líderes dos Grupos Municipais com assento na Assembleia. -----

----- Terminada a votação do voto de pesar, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória de Helena Vaz da Silva. -----

----- **O Senhor Presidente**, após o minuto de silêncio, disse que desejava também sublinhar, porque não estava no voto de pesar, a forma tranquila como Helena Vaz da Silva encarara o seu processo de doença e como, até ao limite da sua resistência, continuara sempre a trabalhar e a servir a causa pública, como ela entendia evidentemente. -----

----- Seguidamente, deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa sobre a actividade municipal;** -----

----- **Ponto 2 - Proposta 336/2002;** -----

----- **Ponto 3 - Proposta 254/2002;** -----

----- **Ponto 4 - Proposta 309/2002.** -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA C.M.L. ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita a que se refere o n.º 1, alínea e) do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Não querendo iniciar a apreciação trimestral da prestação da Câmara, apenas pelos aspectos mais negativos do seu conteúdo, deverei assinalar como positivo a publicação agora presente, pelo menos pela capa porque quanto à actividade continua o primado da imagem, do mediatismo e do virtual, sobre o conteúdo e qualidade da actividade. -----

----- É um documento extenso, que no que respeita à obra realizada se deve às dinâmicas do anterior mandato. -----

----- Mais tarde ou mais cedo a contradição virá ao de cima, e confrontar-se-á com a realidade que todos vão constatando. -----

----- O tempo vai passando e já não é possível ir dizendo que aquilo que é negativo, se deve à anterior Câmara. -----

----- É evidente que uma informação ao órgão deliberativo e fiscalizador, não trará a autocrítica e a constatação do que é ou não cumprido. Não há relação face aos objectivos e metas preconizadas. -----

----- Nada se diz, na introdução dos capítulos, relativamente a cada sector e verifica-se que há muito pouca intervenção dos vereadores nos capítulos que correspondem aos seus pelouros, e para um documento deste tipo não há lógica nem coerência uniformizadora. -----

----- Há até casos de obras e acções já realizadas e outras que ainda nem sequer estão concluídas, e há até casos caricatos em que o capítulo anuncia a área e depois não aparece, não que não haja trabalho, certamente. Afinal não há nada sobre o desporto? O Sr. Vereador pregou-nos esta partida! Mas o Sr. Presidente substituiu-o no preâmbulo, anunciando o apoio para quatro grandes clubes na nossa cidade, e as mais de quatrocentas colectividades existentes? Continuam esquecidas? -----

----- Nem sequer há uma referência. Olhe que esta também é uma forte realidade fazedora de opinião. E em relação aos Serviços Eléctricos e Mecânicos e à DMRU, nada foi feito? Com certeza que foi! -----

----- Acentuando ainda mais a dificuldade de consulta, o documento continua a ser apresentado sem índice e desequilibrado, uma vez que há sectores que nada apresentam e no caso da cultura apresenta 49 páginas, enquanto os espaços verdes com 3 páginas e as obras municipais e conservação de edifícios apenas com meia página, e aparece em duplicado em dois capítulos. -----

----- E as empresas municipais não fazem parte da actividade municipal? Fala-se nas Festas de Lisboa, realçando a Feira do Livro, omitindo completamente aquelas que são emblemáticas das Festas de Lisboa, “as Marchas e os Arraiais Populares”. -----

----- A apreciação sobre o documento já vai longa, face ao tempo que dispomos. Mas ainda fica uma nota de sugestão ao Sr. Presidente. Pelo menos alguém, nem que seja a Sr.^a Vereadora adjunta, ou um dos seus assessores, deve uniformizar o texto por forma a dar-lhe coerência e equilíbrio entre os vários serviços do Município e procurar uma participação activa dos Vereadores como responsáveis políticos de cada Pelouro. -----

----- Gostaria ainda de chamar a atenção, que num documento da responsabilidade do Presidente, não pode referir-se uma Junta de Freguesia que não existe na cidade de Lisboa, “Junta de Freguesia do Alto de São João”! Pag. 158. -----

----- Poder-se-à avaliar que esta apreciação não é importante quanto aos problemas formais do documento, mas ela revela também em si o caos e incompetência de quem hoje gere a Câmara. -----

----- Quanto ao conteúdo continuamos a fazer uma análise critica negativa, continuamos a registar o estilo autocrático e a ausência de estratégia. -----

----- Uma Câmara voltada de costas para as forças vivas da cidade e sobranceira aos outros órgãos autárquicos. -----

----- O que se está a passar com as exonerações e nomeação do pessoal dirigente do Município é bem demonstrativo deste estilo autocrático, visto que na grande maioria as substituições são anunciadas pelo telefone sem qualquer respeito pela dignidade humana e com graves prejuízos para os serviços, uma vez que não existe transmissão de conhecimento. Claro que se trata de dar satisfação aos seus *boys*, nalguns casos sem experiência nem *curriculum* para tais responsabilidades. -----

----- Quanto ao processo de realojamento é um programa que vem de trás e vai continuar inevitavelmente, chamamos a atenção para a falta de recolha de entulhos das demolições assim como a limpeza nos novos bairros e ainda para os arranjos e equipamentos em falta. -----

----- Há que intervir junto dos operadores de transportes públicos, nomeadamente a Carris, no sentido de corresponder às necessidades destas populações. -----

----- Dado que o PER resolveu no essencial os realojamentos dos bairros degradados, e sendo uma prioridade da Câmara a recuperação e reabilitação dos bairros históricos da cidade, o documento nada informa, porque não existe obra, sobre a forma como este Executivo pensa resolver um problema de tamanha gravidade para milhares de munícipes, em geral os mais carenciados e idosos. -----

----- Quanto ao Parque Mayer já foi referido pelo meu camarada Modesto Navarro. ---

----- O Sr. Presidente informa que já recuperou os 9 milhões de contos do FEARC, (Chiado) com o que nos congratulamos, mas sinceramente esperamos que desta vez os proprietários adiram a este programa, já que anteriormente, apesar de várias insistências nunca o utilizaram, e apenas os trabalhadores do Chiado beneficiaram de 1,1 milhões de contos para as indemnizações a que legalmente tinham direito, sobre proposta do PCP e apoiada por unanimidade pela Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- E a situação financeira da Câmara? Nem as Finanças nem o Sr. Presidente dizem o que quer que seja, salvo o empréstimo dos 80 milhões de euros. A situação era apresentada como grave, mas com tamanhos fluxos financeiros, derrama, taxas e empréstimo, possivelmente a situação será de grande desafio no final deste ano. A capacidade de execução vai corresponder a tão grandes expectativas financeiras? -----

----- Queria ainda referir alguns aspectos de importância política para a cidade. -----

----- Primeiro: Registrar a falta de participação do Sr. Presidente da Câmara e a sua não tomada de posse na Junta Metropolitana. A Presidência da Câmara Municipal de Lisboa faz parte deste órgão por direito. -----

----- A importância da discussão neste órgão e das suas decisões têm consequências, directa ou indirectamente, para a Cidade de Lisboa. Lisboa é o centro nevrálgico desta Área Metropolitana, muitas das soluções estratégicas são resolvidas ao nível metropolitano, (transportes, saúde, educação e outras). -----

----- O Sr. Presidente quer acabar com a importância deste órgão remetendo as decisões para contactos directos com o Governo? Sinceramente não nos parece democrático. -----

----- Outra situação a assinalar negativamente, é a ausência de uma representação do Município de Lisboa, pela primeira vez, na Cimeira da Terra em Joanesburgo. -----

----- Lisboa foi perscrutora deste movimento a nível mundial, contribuiu com grande qualidade em todas as cimeiras, desde a ECO 92 – Rio de Janeiro. Dela também retirou ensinamentos e experiências que têm valorizado a nossa cidade. -----

----- Esta falta notada, transforma-se num desprestígio e descrédito para a cidade capital de Portugal e para a atenção que deve ser dada à problemática do ambiente e do desenvolvimento. -----

----- Por fim queria reafirmar que a nossa postura é de crítica construtiva, apoiando tudo o que de bom for proposto para a cidade, rejeitando aquilo que considerarmos negativo, mas continuaremos a assumir-nos claramente como oposição política à actual gestão.” -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que sendo esta a primeira reunião depois do período de férias, esperava que esse período tivesse servido para que a maioria que governa a Câmara Municipal se apresentasse agora, neste novo ciclo político, com ideias para a cidade, com vontade de fazer coisas, com vontade de implementar o seu programa, porque a constatação que faziam era de que até agora a gestão da cidade tinha sido uma mera gestão corrente, uma gestão sem rasgo, uma gestão sem ousadia, uma gestão onde nada de novo apresentaram. -----

----- É que, ao fim e ao cabo, a equipa municipal que governa a cidade tinha-se limitado a garantir as obras e os projectos que estavam em curso na anterior gestão municipal, da coligação de esquerda, nomeadamente naquilo que dizia respeito aos realojamentos e às demolições. -----

----- Portanto, convidava o Sr. Presidente da Câmara e a sua equipa municipal a que governassem a Cidade de Lisboa, que debatessem com a Assembleia e com os cidadãos os problemas da cidade, e que implementasse o seu programa em detrimento do muito *show-off*, do muito *marketing* e da muita publicidade que – aí reconhecia – com alguma mestria tinha sabido apresentar aos lisboetas. -----

----- Bastavam alguns exemplos, nomeadamente essa espantosa operação de *marketing* que foi aquilo que lhes quiseram “vender” com a renovação do Parque Mayer, em relação ao qual desejava dizer ao Sr. Presidente da Câmara e aos Senhores Vereadores que constava do programa eleitoral do PSD – que vencera as eleições para a Câmara Municipal, com maioria relativa mas vencera – que o Parque Mayer estaria a funcionar em oito meses. Só que já passaram nove meses e agora, perante as câmaras de televisão e a imprensa, era dito que havia uma solução mas a Assembleia não sabia qual era visto que ainda não tinha sido ali debatido o projecto. -----

----- No entanto, sabiam, ele próprio muito preocupado, que talvez aquele centro viesse a ser um casino na Cidade de Lisboa. Não sabia se a coligação que governava a cidade estudara seriamente as consequências que traria a implementação dum casino no centro da Cidade de Lisboa, mas uma coisa que entendia não ser admissível era que um projecto para o Parque Mayer não fosse discutido na Assembleia Municipal e não fosse objecto de um debate público. -----

----- Portanto, o que tinham até agora, quanto a essa questão, era uma mão cheia de nada, apenas uma operação de *marketing* e publicidade, bem feita com certeza, que ocupara os jornais, que ocupara a televisão, mas não sabiam qual era o projecto e daquilo que para aí constava sabiam que ia haver um casino na Cidade de Lisboa, o que, de facto, era qualquer coisa de muito preocupante que os devia fazer meditar a todos. -----

----- Por isso, perguntava ao substituto do Sr. Presidente da Câmara se hoje mesmo ali lhes poderia confirmar se havia, ou não, alguma veracidade nesta matéria. -----

----- Continuando, disse que uma das obras emblemáticas da coligação que governa a cidade, que constava do programa do PSD, era o célebre túnel das Amoreiras. Já sabiam como decorrera o processo até ao presente, nascera torto, vinha sendo mal conduzido, não sabiam se tinha viabilidade técnica visto que não foram feitos estudos, como ali já tinha sido dito e demonstrado, mas havia uma coisa em que a Câmara estava em falta perante a Assembleia. É que ali mesmo se tinha comprometido a fazer um debate sobre a matéria, não só na Assembleia mas um debate público, e até agora nada. -----

----- Por conseguinte, também desejava saber se era intenção do Sr. Presidente da Câmara que a Câmara honrasse esse comprometimento que assumira perante a Assembleia Municipal, promovendo um debate aberto, franco e sério sobre o projecto do túnel das Amoreiras, porque, como puderam constatar em debates de carácter técnico, nomeadamente promovidos pela Ordem dos Arquitectos, havia um grande consenso de que não era necessário esse túnel, que ele teria mais inconvenientes e até não teria a própria viabilidade ambiental necessária. -----

----- Por isso, desafiava a que se fizesse um debate público sobre essa matéria. -----

----- Disse, depois, que a maioria que governa a Câmara Municipal de Lisboa poderá contar, da parte do Partido Socialista, com uma oposição leal e responsável. Tudo aquilo que fosse positivo para a cidade teria o apoio do PS, tudo aquilo que não fosse positivo para a cidade teria a sua oposição veemente e empenhada. Mas até agora não viram nada, o que a maioria tinha para apresentar aos lisboetas era uma mão cheia de nada, mesmo as célebres demolições que eram apresentadas na informação escrita do Sr. Presidente da Câmara não eram mais que aquilo que decorrera normalmente no mandato anterior, e que eram, podia dizer-se, o pão nosso de cada dia da anterior gestão municipal, já que sempre que havia realojamentos havia demolições. -----

----- Portanto, não bastava ir às demolições com as televisões atrás, o que era preciso era que a maioria governasse a cidade, implementasse o seu programa e o discutisse na Assembleia tendo em conta as realidades. Havia uma maioria diferente na Assembleia Municipal, mas a maioria da Câmara não podia acusar a Assembleia Municipal de boicotar ou de ser um elemento perturbador da sua actividade, já que tudo aquilo que era considerado importante e justo tinha sido aprovado e, evidentemente, tudo aquilo que não merecia o apoio da oposição não tinha sido aprovado. -----

----- Terminou pedindo, em nome do PS, que a maioria implantasse o seu programa, que não fizesse tanto *show-off* e melhorasse a cidade, porque as cidades tinham

sempre situações dialécticas, evidentemente tinham muitas coisas para fazer e a oposição estava à espera disso. Não podiam ver a situação ambiental a degradar-se, como não podiam ver a cidade a andar para trás no que se referia ao trânsito e ao estacionamento, portanto, continuavam à espera que a maioria governasse a cidade e fizesse menos *show-off* e menos espectáculo mediático. -----

----- **A Deputada Municipal Lurdes Pinheiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão, referiu que pretendia colocar algumas questões que decorriam da experiência concreta dos já quase nove meses de trabalho com a Câmara Municipal de Lisboa, questões essas que diziam respeito à sua freguesia mas que eram também sentidas em todo o Bairro de Alfama. -----

----- Disse, então, que o Sr. Presidente da Câmara iniciara o mandato com um anúncio de medidas para o ordenamento do trânsito e estacionamento, mas sobre tais medidas não foram ouvidos os moradores nem a Junta de Freguesia. Para além do que viram na comunicação social só souberam do conteúdo quando a Polícia Municipal foi mandada para as ruas do bairro com o único objectivo de passar multas. Portanto, foi uma acção que não tinha o objectivo de resolver o problema, como então denunciaram, e na informação escrita apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara faltava uma referência à forma como esse problema iria ser resolvido, o qual exigia, naturalmente, diálogo com a Junta de Freguesia e com os moradores. -----

----- Por outro lado, o que acabava de afirmar aplicava-se também inteiramente aos problemas da falta de segurança na Freguesia e em todo o bairro. -----

----- Quanto à intervenção na área da reabilitação urbana, matéria de grande importância para o bairro, disse que na informação escrita do Sr. Presidente da Câmara não havia qualquer referência quanto ao futuro da reabilitação do bairro, verificando-se até à data, e estavam já passados nove meses, que não tinha havido ainda qualquer contacto, por parte da Vereadora responsável pelo Pelouro, com as Juntas de Freguesia para dizer a estas o que pensava fazer para a continuação da reabilitação do Bairro de Alfama. -----

----- Aliás, também não viam na informação escrita qualquer explicação quanto ao facto de não estar ainda tomada a decisão relativamente à assinatura do protocolo para as pequenas intervenções em habitações particulares, e já tiveram oportunidade de sublinhar junto do Sr. Presidente da Câmara que as pessoas que beneficiavam desse mecanismo eram na maioria idosos com poucos recursos económicos. De resto, com gastos relativamente reduzidos, esse foi o único meio eficaz de combate à degradação de muitas habitações, porque só assim se resolvia o impasse criado quando os proprietários recebiam rendas de baixo valor e os inquilinos tinham rendimentos muito baixos. -----

----- Também não encontravam na informação escrita justificação para a paragem das obras da piscina de Alfama, nem quanto ao seu recomeço. -----

----- Por outro lado, na informação escrita estava bem retratada a importância que o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores davam às Juntas de Freguesia, pois, na generalidade, não era feita referência aos órgãos autárquicos das freguesias. Em vários casos eram incluídas no documentos acções e iniciativas que foram realizadas,

sobretudo, por via do empenhamento das Juntas de Freguesia, nomeadamente nas áreas dos Pelouros da Acção Social e do Desporto. -----

----- A propósito, lembrava que a sua Junta de Freguesia tivera que suportar as despesas com as acções Praia-Campo, para crianças e seniores, muito para além dos limites estabelecidos no protocolo assinado com a Câmara. Pela primeira vez foi-lhe exigido o pagamento pela utilização da piscina municipal dos Olivais, incluída no programa, e até ao momento ainda não receberam qualquer verba relativa ao pagamento das referidas actividades, o que agravava os problemas financeiros da Junta. -----

----- Portanto, em momento de balanço, seria bom que se ficasse a saber que muito do trabalho referido na informação escrita do Sr. Presidente da Câmara tinha sido realizado à custa do financiamento das Juntas de Freguesia. -----

----- Todavia, nestes quase nove meses de mandato, mostraram, apesar de todas as dificuldades, uma atitude positiva e construtiva no relacionamento com o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores, e estavam dispostos a manter esse espírito e podiam até aceitar mais responsabilidades. Consideravam, contudo, que era justo reclamar da Câmara Municipal que uma descentralização de competências fosse acompanhada dos meios necessários. -----

----- Rematou dizendo que seria motivo de satisfação verificar que as observações acabadas de fazer iriam ter reflexos na próxima informação escrita do Sr. Presidente da Câmara e na acção da Câmara Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal Ramiro Nelson (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Justa, no uso da palavra, disse que ia colocar três questões relativas à sua freguesia e desejava obter as respectivas respostas da Câmara. -----

----- A primeira tinha a ver com as obras da encosta do Largo do Martim Moniz, que incluíam dois projectos de habitação da EPUL-Jovem, num total de 87 fogos e um quartel para o Regimento de Sapadores Bombeiros. As obras estavam paradas desde fins de Junho, em 24 de Junho, aquando da sua visita à freguesia, o Sr. Presidente da Câmara informara que os projectos iriam sofrer pequenas alterações e que até final do mês de Julho a Junta seria informada. Certo era que decorria já o mês de Setembro e a Junta nada sabia. Em finais de Agosto, porém, referia-se na comunicação social que as alterações aos projectos eram profundas porque o programa EPUL-Jovem tinha acabado. Nesse contexto, colocava as seguintes perguntas: -----

----- Para quando a conclusão dos projectos e o reinício das obras? -----

----- Nos dois projectos para habitação irão manter-se os 87 fogos, serão mais, ou serão menos? -----

----- Estão salvaguardados os direitos dos jovens a quem foram atribuídos os fogos? --

----- Os edifícios não irão ultrapassar, em altura, o edificado da colina de Santana? ----

----- A segunda questão tinha a ver com um edificado da EPUL na Calçada do Garcia, n.º 28, – que o Sr. Presidente da Câmara também tivera oportunidade de ver aquando da sua visita à freguesia – cujos moradores foram realojados devido ao perigo em que o edifício se encontrava pois poderia ruir a qualquer momento dado o edifício ao lado, o n.º 26, pertencente à Santa Casa da Misericórdia, ter já ruído em 13 de Janeiro de

2001, e quanto a essa matéria desejava que a Câmara informasse para quando a demolição do prédio e a sua reconstrução. -----

----- A terceira questão era para referir que numa vistoria feita, a pedido da Junta, pelo Regimento de Sapadores Bombeiros às instalações da Junta de Freguesia, propriedade do Município e cujos interiores são em tabique, foi sugerida a instalação do sistema automático de detecção de incêndios. A Junta, em 19 de Março, enviara um ofício a comunicar essa sugestão ao Sr. Vereador Carmona Rodrigues, e também ao Sr. Presidente da Câmara, em 28 de Agosto, enviara o processo completo solicitando a instalação do referido sistema pelos serviços eléctricos e mecânicos da Câmara, até porque a Junta tinha em seu poder um ofício da Vereação anterior, datado de 18 de Outubro de 2001, com o despacho de autorização e de execução pelos referidos serviços. -----

----- Disse, ainda, que na Rua da Palma, em frente do n.º 169, antigo Departamento de Obras da Câmara, existia uma sinal de trânsito numa estrutura metálica, tipo *placard*, com quatro metros de altura, que estava embuçado com um plástico preto, pelo que era preciso tomar uma de duas soluções: ou se retirava o sinal ou se retirava o plástico, se bem que o sinal, na opinião da Junta, se mantivesse actual. -----

----- Por fim, disse que a Vereação tinha conhecimento de todas as questões que acabava de levantar, através de ofícios que lhe foram enviados. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que, numa das últimas reuniões da Assembleia, o PEV questionara a Câmara a propósito dos sistemas regulares de apoio aos grupos de teatro, que antes eram feitos mas que foram suspensos pelo actual Executivo, mas considerando que nessa reunião não houve resposta por parte da Câmara e uma vez que sobre essa matéria nada constava na informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, desejava que a Câmara o informasse se os processos regulares de apoio ao teatro continuavam ou não suspensos, e, se estavam suspensos, até quando. -----

----- Ainda sobre essa matéria, disse que desejava saber também se já tinham sido feitas algumas diligências no sentido de concretizar a recomendação, aprovada em Junho na Assembleia Municipal, por unanimidade, que tinha a ver com as medidas complementares de apoio ao teatro e ao espectáculo. -----

----- Aludindo à gestão dos espaços públicos, disse que se começava a ver por toda a cidade um certo abandono desses espaços. Dava apenas dois exemplos: primeiro, o lago da Rotunda do Relógio encontrava-se abandonado, em vez da água que era suposto ter estava cheio de lixo; segundo, o separador central da AV. Gago Coutinho foi deixado ao abandono, encontrando-se cheio de ervas daninhas e lixo espalhado de ponta a ponta pois há meses não era feita a manutenção desse espaço. Acrescia, ainda, que esse separador até se encontrava dotado de um sistema de rega que não estava a funcionar, pelo que perguntava se era intenção da Câmara abandonar a manutenção desses espaços que eram ponto obrigatório de passagem para quem chegava a Lisboa de avião. -----

----- Sobre o “Dia Sem Carros”, disse que não era seguramente a solução, sabiam-no, mas representada um excelente instrumento para aferir o impacto que o transporte

público e alternativo podia ter na vida da cidade, como também, ao mesmo tempo, constituía uma oportunidade privilegiada de sensibilização e alerta para a necessidade da utilização de outras formas de mobilidade, que não o recurso ao automóvel particular. E, por outro lado, era também uma excelente oportunidade para promover e incentivar o uso da bicicleta como meio de transporte alternativo. -----

----- Sabiam que Lisboa tinha responsabilidades acrescidas no que dizia respeito à promoção do transporte público, sabiam também que a Câmara Municipal de Lisboa estivera para não aderir ao “Dia Sem Carros”, o que não sabiam era quais as acções que a Câmara iria desenvolver no âmbito dessa campanha. Iria fazer apenas aquilo que costuma fazer todos os fins-de-semana? Iria limitar-se a fazer aquilo que fazia desde Julho? É que, no entender do PEV, a divulgação antecipada do que ia acontecer no “Dia Sem Carros” seria determinante para atingir os objectivos que se pretendiam com essa campanha. -----

----- Por isso, pedia que a Câmara informasse o que ia ser feito no “Dia Sem Carros”, se houve alguma campanha de divulgação sobre esse evento, e também, dado que estava a decorrer a Semana Europeia da Mobilidade, desejava saber quais as acções que a Câmara estava a desenvolver nesse âmbito, já que lhe parecia que a Semana Europeia da Mobilidade estava a passar ao lado de toda a gente. -----

----- **A Deputada Municipal Dina Nunes (BE)**, no uso da palavra, disse que da leitura da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara muitas dúvidas lhes ficavam, mas trazia consigo três questões para colocar ao Sr. Vereador que substituíra o Sr. Presidente da Câmara nesta reunião. -----

----- A primeira, era que gostariam de saber como têm corrido as tão prometidas visitas que o Sr. Presidente da Câmara afirmara ir realizar pelos bairros de Lisboa, porque os contactos com as populações e os seus problemas, com as associações de moradores e outras, quer culturais, quer desportivas, com certeza teriam ocorrido já que era uma bandeira do PSD que esses contactos se realizassem periodicamente. Daquilo que sabiam, através das associações e problemas que conheciam, não tinha havido essa preocupação por parte da Câmara, mas gostavam de saber como essas coisas estavam. -----

----- Por outro lado, desejavam também saber em que pé estavam as conversações com os comerciantes do Libersil, que, como era sabido, era um ex-centro comercial de pequenos comerciantes que foi fechado e destruído para a construção de um ginásio que se iniciara sem licença de construção nem de ocupação. Os comerciantes foram obrigados a aceitar a indemnização que lhes ofereceram e tiveram que sair, porque quem a não aceitara, por a considerar injusta, continuava a aguardar que se resolvesse a situação. Uma vez que muitas famílias dependiam daquele negócio para a sua sobrevivência, era inqualificável que a sua situação ainda não tivesse sido resolvida. -----

----- Disse, depois, que desejavam também saber qual a situação dos Artistas Unidos, grupo de inegável importância para a dinamização cultural do Bairro Alto nos últimos anos, porque a forma como vinha decorrendo a desocupação do edifício onde ensaiavam e apresentavam os seus espectáculos, era caricata. O imóvel tinha sido

considerado inseguro porque degradado e, por isso, os Artistas Unidos tiveram que abandonar o espaço, mas sem alternativa. E depois de um esforço de negociação em que essa companhia de teatro tivera toda a preocupação para que a negociação tivesse sucesso, através da apresentação de novas propostas para novos locais, finalmente conseguiram um local em Braço de Prata, mas mais um caso caricato na situação, não havia a chave daquele local! Estavam já há dias e dias à espera da chave desse novo local para poderem ensaiar e apresentar as suas peças, só que, entretanto, já duas das peças perderam o tempo de apresentação, duas outras perigavam, e continuavam à espera duma chave que não aparecia. -----

----- Em que pé estão estas coisas? Vamos continuar a tratar a cultura na Cidade de Lisboa desta forma, perguntou a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que nesta sua intervenção procuraria centrar-se no que tem sido a actividade do Executivo municipal, quer naquilo que tem sido feito, quer naquilo que não tem sido feito. Aliás, desejava mesmo começar por perguntar quais eram as expectativas da Assembleia Municipal no que respeita àquilo que foram as promessas eleitorais do PSD, visto que foi a força política que vencera as eleições e vencera-as, obviamente, tendo como pano de fundo um programa com o qual se apresentara ao eleitorado. É que, de facto, começava a ser tempo de procurar saber quais eram as principais linhas de força de actuação do actual Executivo para a cidade. Já não falava no que dizia respeito a 2002 visto que neste ano o que havia para analisar era muito pouco, para não dizer que não era nada, mas gostariam de procurar começar a poder pontuar aquilo que seria expectável para o mandato. -----

----- E desde já tinha uma primeira questão que gostaria de colocar ao Sr. Presidente da Câmara, que, infelizmente, mais uma vez não estava presente. Já sabia que por motivos protocolares, mas não podia deixar de repetidamente reiterar este lamento porque avisara que o faria e fa-lo-ia sempre em todas as circunstância em que o Sr. Presidente da Câmara não estivesse na Assembleia. Aliás, era, sobretudo, para manter o prometido e para dar razão ao PSD, nomeadamente ao Deputado Municipal Victor Gonçalves, que hoje estava a dizer isto e diria sempre que o Sr. Presidente da Câmara não estivesse presente nas reuniões da Assembleia. -----

----- Isto porque, o Sr. Presidente da Câmara não estava presente na Assembleia, entre outras coisas, porque não queria. É que, pese embora estivesse, conforme foi dito na Conferência de Líderes e também já no Plenário, numa recepção oficial nos Paços do Concelho, recebendo o Senhor Presidente da República da Hungria, todos sabiam que se houvesse muito empenho, se houvesse muita vontade e se houvesse muito desejo da parte do Sr. Presidente da Câmara em estar presente, certamente teria sido possível haver ali um acerto para que pudesse estar pelo menos meia hora, como lhe tinha sido proposto que estivesse, na Assembleia Municipal. -----

----- Daí que, tal como já o fizera na Conferência de Líderes, não pudesse deixar de expressar, publicamente, o seu lamento porque entendia que era justo e correcto, devia fazê-lo, tinha essa obrigação, até para manter uma linha de coerência com aquilo que foi a postura no passado. -----

----- Portanto, não podendo perguntar ao Sr. Presidente da Câmara perguntava ao Sr. Vereador que estava em sua substituição o que poderiam esperar, por exemplo, em termos de construção das novas piscinas nos bairros de Lisboa, que, como era sabido, foi uma das promessas, assim como onde e quando começariam a ser construídos, até porque já estavam planificados, os novos pavilhões gimnodesportivos, visto que também na campanha eleitoral foi dito que teriam um em cada bairro da cidade. -----

----- Estas eram algumas das coisas que queria perguntar, não se esquecera das escolas mas não falaria delas hoje porque não podiam tratar tudo na mesma reunião, não queriam massacrar porque não era essa a intenção, e, portanto, muito mais que questionar aquilo que tem sido o trabalho feito, que era pouco, queria que a Câmara ali dissesse o que era possível que pudessem esperar para o próximo Plano de Actividades e Orçamento de 2003. -----

----- No entanto, algumas coisas tinham sido feitas, e essas desejava questionar. -----

----- Por exemplo, pretendia que o Sr. Vereador Pedro Pinto fizesse o ponto da situação no que respeitava a um outro compromisso do Sr. Presidente da Câmara, assumido também na campanha eleitoral, que tinha a ver com a demolição de prédios, ou de alguns andares, na Rua das Açucenas, matéria que foi uma das grandes batalhas políticas do Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Por outro lado, pretendia também que fosse explicitado se estava consolidada a intenção do Sr. Presidente da Câmara de mandar demolir, por questões éticas e de bom-gosto, alguns dos andares do Bairro da Bela Flor. -----

----- Depois, perguntou se estava consolidada a ideia de extinguir a LIS, porque, como todos se recordavam, foi uma das primeiras propostas apresentadas à Assembleia Municipal. Na altura a oposição argumentara que não fazia sentido e que deveriam ponderar e retirar a proposta, felizmente ela foi retirada, mas certamente viria uma nova proposta a breve trecho para extinguir a LIS, se bem que lhe parecia haver alguma incongruência sobre essa matéria visto que a Câmara Municipal aprovara, em reunião de 26 de Junho, a nomeação da nova administração da empresa, uma empresa que, curiosamente, se queria extinguir. -----

----- E porque essa nomeação tinha algumas coisas curiosas, mesmo correndo o risco de maçar a Assembleia, passaria a ler. -----

----- “Nome: João Pedro Guimarães Gonçalves Pereira. -----

----- Data de nascimento: 7 de Maio de 1977. -----

----- Estado civil: solteiro. -----

----- Habilitações literárias: Licenciatura em Ciência Política, na Universidade Lusíada (2001). -----

----- Experiência profissional: Actividade de desenhador; coordenador na organização de eventos numa empresa de prestação de serviços; coordenação e organização de campanhas eleitorais; participação em múltiplas conferências organizadas pela Fundação Mário Soares. -----

----- Actividade Político/Autárquica: membro do Executivo da Junta de Freguesia de São João de Brito; membro da Assembleia de Freguesia de São João de Brito; vogal da Comissão Política Concelhia de Lisboa do CDS-PP, desde 2000 até à altura;

membro da Comissão Executiva da Direcção da Campanha às Autárquicas de 2001, em Lisboa; assessor da ‘Comissão de Preparação das Autárquicas e Regionais’ do CDS-PP (2001); editor do ‘Manual de Campanha’ do CDS-PP, para as Eleições Autárquicas de 2001; vogal da Comissão Política Concelhia de Lisboa da Juventude Popular (1998); presidente da Comissão Política Concelhia de Lisboa de Juventude Popular (1998); vogal da Comissão Política Nacional da Juventude Popular (2000); participação nos congressos da Juventude Popular – Póvoa do Varzim, Viseu e Lisboa; participação nos congressos do CDS-PP – Coimbra, Braga, Aveiro, Lisboa. ---
----- Observações: Conhecimentos de informática no ambiente Windows Millenium Edition, de 2000, na óptica do utilizador; participação em visita ao Parlamento Europeu e Conselho da Europa em Estrasburgo, França; carta de condução de veículos ligeiros.” -----

----- Finda a leitura, disse que como todos perceberam este era o *curriculum vitae* de um novo administrador da LIS e, por isso, pensava que a empresa era mesmo para extinguir. Esse novo administrador era certamente uma pessoa de grande qualidade, não se tratava nenhum *boy* nem de nenhum *job*, não senhor, era um ilustre vogal eleito para a administração da empresa LIS. -----

----- **A Deputada Municipal Graça Mexia (PCP)**, no uso da palavra, disse que a questão que tinha para colocar dizia directamente respeito ao Sr. Vereador Pedro Feist, já que tinha a ver com matéria do Pelouro do Desporto. -----

----- Referiu, então, que foi realizada uma reunião, em que também estiveram presentes o Sr. Presidente da Assembleia e o Sr. Presidente da Comissão Permanente de Educação, Desporto e Juventude, com o Movimento Democrático de Mulheres que lhes colocaram um problema importante e que era, concretamente, o seguinte. Há sete anos que o Pelouro do Desporto tinha um protocolo a funcionar para dar apoio a um projecto interessantíssimo “Mulheres em Movimento – Centros, Movimento e Saúde”, que era um projecto para actividade física: ginástica, desporto, passeios à praia, passeios ao campo, com mulheres que tinham graves dificuldades financeiras, mulheres na sua grande maioria com mais de 50 anos e sem quaisquer possibilidade de fazer esse tipo de actividades para a saúde, quer numa colectividade, quer num clube. -----

----- Esse projecto existia há sete anos, era um projecto que até a nível mundial tinha sido considerado pioneiro, inclusive até no Encontro Mundial sobre Mulheres e Desporto foi louvado, mas em relação a esse projecto, que dependia dum protocolo, neste momento não se percebia o que se estava a passar. E porque era optimista e conhecia o Sr. Vereador Pedro Feist há mais de 50 anos como pessoa sempre ligada ao desporto, acreditava que o protocolo estava apenas atrasado, não acreditava que houvesse mais qualquer coisa porque isso não era possível. -----

----- Mas, de facto, desde Fevereiro que andava a ser pedida uma audiência, foram trocados vários faxes, quer com o Sr. Vereador, quer com o seu assessor, Sr. João Correia, e não se sabia o que se passava. Havia já ordenados em atraso, não se conseguia programar o ano lectivo 2002/2003 porque não se sabia o montante da verba que se iria ter. Aliás, só para que tivessem uma ideia dos valores, informava que

os custos para a Câmara eram, por dia e por participante, de 2,26 euros e ao ano o custo era 158,26 euros por cada participante. -----

----- É só um atraso com certeza, não é possível que seja outra coisa, disse a terminar.

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, referindo-se às intervenções dos Deputados Municipais Miguel Coelho e Dias Baptista, disse que era clara a intenção do Partido Socialista de, por um lado, terminar o ano de actividade em Setembro, palavras do Deputado Municipal Dias Baptista ao antecipar já o Plano de Actividades para esta altura, e, por outro lado, palavras do Deputado Municipal Miguel Coelho onde notara uma contradição lógica quando referia que a Câmara estava em gestão corrente e que se ia ver se a cidade não volta para trás. De facto, ao dizer que a gestão era má e que estavam a andar para trás isso queria dizer que a gestão que vinha de trás era má, ou seja, inferia-se das suas palavras sobre a gestão corrente que a mera prossecução da actividade que vinha de trás provocava que a cidade andasse para trás. Se calhar foi um lapso do seu entendimento, mas, de facto, tinha aferido isso da intervenção do referido Deputado Municipal. -----

----- Portanto, o que de concreto se retirava das intervenções do PS era que ao fim de sete ou oito meses de actividade deste Executivo queriam já ver completado todo o programa do mandato. Mas seria bom que se recordassem do que se passara anteriormente, porque andaram quatro anos para saber se seria concretizada ou não a promessa de acabar com as barracas, sendo certo que essa era a única promessa calendarizada que a anterior maioria tinha para a cidade. -----

----- Disse, depois, que o Deputado Municipal Dias Baptista acusara o Presidente da Câmara de receio de vir à Assembleia Municipal. O PSD, no passado, acusara constantemente o então Presidente da Câmara pelas suas faltas às reuniões da Assembleia, porque, de facto, entendiam que era de princípio que o Presidente da Câmara estivesse nas reuniões do Plenário. Neste caso, a ausência do Presidente da Câmara foi explicada na Conferência de Líderes, tentara-se acertar um problema de agendamento de horário a ponto de compatibilizar isso, o que não foi possível, mas recordava um exemplo do mandato anterior: Estavam a discutir uma demolição no Poço do Borratém, por causa do célebre elevador para o Castelo, e tiveram um debate agendado, em sede da Assembleia Municipal, no culminar dos diversos debates sobre a matéria, o qual foi anulado na véspera porque a Câmara retirara a proposta. Isso significava que o Executivo, na altura, tivera receio de ir ali discutir, uma vez mais, um projecto que estava falido, que não tinha qualquer viabilidade como se vira logo de início num debate *ad-hoc* feito sobre a matéria. -----

----- Portanto, em resumo, era ainda cedo para analisar o comportamento do actual Executivo e o cumprimento das suas promessas eleitorais, estariam ali todos para ver isso, porque ao fim de oito meses de actividade querer fazer esse balanço em termos definitivos parecia-lhe que era ainda muito cedo. -----

----- Sobre o “Dia Sem Carros” disse que no passado tinha feito intervenções sobre essa matéria criticando algumas das soluções então assumidas, por exemplo no sentido de que não era com campanhas gigantescas, de foro policial, para a interdição da circulação rodoviária, como então se fizeram, em que a mensagem era de

campanhas de sensibilização mas depois havia barricadas de polícia, porque não era assim que se conseguiria inverter comportamentos. -----

----- Por conseguinte, não sabendo qual era agora a decisão da Câmara para este ano, esperava, contudo, que não fosse no sentido da criação de barricadas policiais, como era apanágio da coligação anterior, mas que se traduzisse noutras acções ao longo do ano como sempre tinham defendido a propósito da inversão de comportamentos na Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que na campanha eleitoral de Dezembro de 2001, em Lisboa, a coligação “Lisboa Feliz” colocara um enorme *placard* na Av. da Liberdade, bem perto do Parque Mayer, com uma grande promessa: “O Parque Mayer estará aberto daqui a oito meses”. -----

----- No início do corrente mês, face à angústia existencial ou ao gáudio dos lisboetas, apareceram, finalmente, no mesmo local dois enormes *placards*. -----

----- O primeiro dizia: -----

----- “Promessa cumprida. Oito meses depois o Parque Mayer outra vez com vida nos espectáculos de encerramento deste acto da sua história, muito em breve começarão as obras e um novo ciclo. Como se garantiu antes das eleições está salvo e vai continuar o Parque Mayer com a luz, o som, os palcos, e mais importante com os artistas e com o público.” Assinava: “Renascer Lisboa – Câmara Municipal” -----

----- O segundo dizia: -----

----- “Os espectáculos terminam a 28 de Setembro, as obras começam até Novembro deste ano, o Parque Mayer, no seu novo ciclo, reabrirá até 2005”. -----

----- Disse, depois, que entrara pelo Parque Mayer dentro, no dia 12 do corrente mês, eram 21 horas e 30 minutos, viu dois polícias à entrada, um casal de lisboetas olhando saudosos, como turistas da casa, para os velhos teatros e, lá mais à frente, uma tenda de circo montado, ainda encerrado. -----

----- Mais adiante, apercebera-se de uma esplanada onde estavam sentadas cerca de 10 pessoas que assistiam à projecção, na parede de um prédio, de um vídeo em que duas artistas do “pimba” cantavam para entreter o Jardim Botânico. -----

----- Tanto a promessa eleitoral como os dois *placards* de agora eram exemplares na manipulação da palavra e da comunicação de ideias, quem conhecesse um pouco do assunto poderia regalar-se com aqueles textos agora afixados. -----

----- Em Dezembro de 2001 o programa eleitoral de Santana Lopes previa e proclamava para o Parque Mayer o seguinte: -----

----- “Esta área de lazer e entretenimento merece ser requalificada através da salvaguarda de algum património edificado, de que é exemplo o teatro/cinema Capitólio, e bem assim o pórtico de acesso, ambos do Arqtº Cristino da Silva. -----

----- “Criação de um espaço polivalente para as várias expressões das artes perfumativas, requalificação dos usos tradicionais de restauração com incremento de restaurantes típicos, tabernas, cafés musicais, nomeadamente *jazz*, grande proximidade com *Hot Club*. -----

----- Proposta de transferência do Museu do Teatro e da Revista, em colaboração com o Ministério da Cultura, para este local. -----

----- Criação de um condigno Museu do Cinema. -----
----- Apoio à criação de uma escola/centro de formação, no âmbito das artes do espectáculo.” -----
----- No entanto, em 7 de Fevereiro de 2002, o jornal Público publicava a seguinte notícia: -----
----- “O futuro do Parque Mayer será alvo de um debate público que envolva a comunidade artística. Disse ontem o Presidente da Câmara de Lisboa, Santa Lopes, salientando ter dúvidas quanto à possibilidades de concretização do projecto pelo Arqtº Norman Foster para a empresa proprietária daquele espaço. São opções difíceis até porque se trata de um projecto de peso – acrescenta o Presidente da Câmara – mostrando-se convicto que, mesmo depois do debate, não vai haver unanimidade. Mas quero pôr os projectos cá fora e acabar com esta opacidade, este manto de silêncio em torno do Parque Mayer.” -----
----- Entretanto, notícias vindas a público referiam que o Grupo Amorim entrara, maioritariamente, no capital que era da Braga Parques. -----
----- Assim, segundo os jornais e as declarações de Santana Lopes, haveria dois teatros, três ou quatro pequenas salas de teatro e quinze salas de cinema, isto com o São Jorge mesmo ali ao lado. Finalmente, 42.000 m2 de construção seriam autorizados em 18.000 m2 de superfície. -----
----- “O Parque Mayer tem os dias contados na forma que lhe granjeou sucesso”, dizia, sabiamente, o Expresso de 31 de Agosto passado. -----
----- Por outro lado, segundo o jornal Público: “O Presidente da Câmara limita-se a avançar alguns pormenores do que será o futuro do Parque. Um novo templo da cultura e das artes adaptado às novas exigências dos espectáculos. É a nova, mais uma, promessa lançada. O mesmo será dizer que a intenção da autarquia não é restaurar o espaço, nem tão pouco pô-lo a funcionar como no passado. Interesses imobiliários, comerciais, culturais e lúdicos deverão conviver no Parque a concretizar-se a intenção de Santana Lopes. A maioria do espaço será demolido, com excepção para o Capitólio e para a entrada do recinto, classificados pelo IPPAR. Ainda bem que se salva alguma coisa”. -----
----- “Tudo se moderniza – diz Santana Lopes – as inovações tecnológicas são constantes e não se compadecem com os teatros que aqui existem”, publicava o Correio da Manhã, de 6 de Setembro. -----
----- “O Parque está salvo, sublinhou Santana Lopes. Estou tão convencido que esta solução é ótima que não haverá nenhum debate que me faça desviar do objectivo”, dizia ainda Santana Lopes em declarações “altamente democráticas” transcritas pelo Público de 6 de Setembro de 2002. -----
----- Mas a luz enorme, o que iluminava toda essa grandiosidade de promessas e de ilusões que cobriam outras realidades bem mais comezinhas e terrenas, vinha no jornal Diário de Notícias, do dia 11 de Setembro de 2002: “Afinal, a montanha das promessas vai parir uma espécie de casa de jogos no centro de Lisboa, se o Grupo Amorim conseguir ampliar o Casino do Estoril ao Parque Mayer”. -----
----- “Slots pagam Parque Mayer” – assim intitulava o referido jornal. -----

----- “Jogo vai financiar a nova etapa da vida do espaço lisboeta, novos teatros vão conviver de perto com o *jackpot*. -----

----- Fortuna, a nova solução financeira para o novo recinto pode ser a sua sorte grande ... ou azar. Cabe ao Governo ditar o futuro daquele espaço.” -----

----- Tudo isso vinha em destaque no Diário de Notícias e até agora, que se soubesse, a Câmara Municipal de Lisboa não desmentira essa notícia. -----

----- Continuando, disse que o Grupo Amorim detinha 32% do capital da *holding* Estoril Sol, esta era a explicação maior. E pronto, aí estava a economia de casino a lançar amorosamente os seus abraços a Lisboa. Claro que o Parque Mayer não era uma negociata, pudera! Não, este era um enorme coelho, mágico e enormíssimo coelho tirado da cartola hábil e sempre activa da coligação dita Lisboa Feliz e do seu Presidente. Com tudo isso Lisboa deixava de ser a capital do País, passava a ser o capital feliz. -----

----- Lisboa era, e deve continuar a ser a capital do País, mas o Presidente da Câmara nem sequer tomara posse na Junta Metropolitana da Área Metropolitana de Lisboa, um arrufo de primeira dona porque queria ser Presidente da Junta, e o Município não participava de corpo inteiro na discussão e em decisões importantes que estavam a ser tomadas tais como a nova legislação sobre áreas metropolitanas, a Autoridade Metropolitana de Transportes e a suspensão, ou não, do PROTAML. -----

----- A terminar disse que era assim a vida triste de Lisboa e de Santana Lopes, o Presidente que acedia, a grosso e a retalho, a quem tinha mais e mais queria ganhar à custa da cidade. O verdadeiro esplendor do actual Presidente da Câmara Municipal e da coligação que o apoiava, aí estava: na economia do jogo e na promessa bem ou mal embrulhada. Era isso que gostariam que fosse esclarecido na Assembleia Municipal para ver se era possível perceber melhor o jogo complicado da salvação do Parque Mayer. -----

----- **O Deputado Municipal José Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que apenas queria comentar, de forma genérica, aquilo que ali foi dito sobre a LIS, referindo dois aspectos. -----

----- Primeiro. Até agora ninguém desmentira nem questionara, na Vereação, a extinção da LIS, empresa que, tanto quanto sabia, tinha o seu destino traçado. E o facto de ser nomeado um Conselho de Administração em nada impedia essa leitura, porquanto era óbvio que não se extinguia uma empresa matando-a à fome, não lhe dando os quadros necessários para a gerir até se consumir a extinção. Portanto, essa questão também não era relevante. -----

----- Segundo. Quanto ao administrador em causa concordava plenamente que se tratava de um *boy*, nascera em 1977 e, portanto, quanto a isso estava claramente assumido. Mas não era claramente beneficiário de um *job* porque não exercia uma função remunerada, ou seja, ele não recebia pelo cargo que desempenhava, o que revelava que não era um *job* como se tinha afirmado, embora fosse uma ocupação de um *boy*. Por outro lado, o acompanhamento que neste momento se fazia da LIS era o necessário à manutenção das suas actividades, que, obviamente, eram relevantes do ponto de vista social e desportivo e tinham que continuar a existir. Era óbvio que não

se iam extinguir as actividades das piscinas, que, basicamente, era aquilo que a empresa fazia, elas teriam que continuar a funcionar fosse com LIS ou com outra solução que futuramente viesse a ser decidida pela Vereação. -----

----- Portanto, parecia-lhe que a situação não estaria bem esclarecida já que não se tratava de um *job for the boy*, mas apenas a ocupação de um *boy* que não era remunerado. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que agradecia muito o esclarecimento que o orador anterior quisera prestar, mas confessava que ficara ainda muito mais confuso. É que, de facto, o orador anterior veio afirmar que a Câmara já tinha decidido que a LIS seria extinta. Não se sabia quando, mas seria extinta! E isso era curioso – e daí a sua total estupefacção – porque quem decidia sobre essa matéria era a Assembleia Municipal, e enquanto essa matéria não fosse presente à Assembleia, a Câmara, por muito que custasse ao Sr. Vereador Pedro Feist, não podia decidir porque não tinha competência para o fazer. De resto, o Vereador Pedro Feist era quem de entre todos tinha mais anos ao serviço do Município, e por isso sabia perfeitamente que era assim. Aliás, entendera onde o orador anterior pretendia chegar, o que não estava era de acordo com ele. -----

----- Quanto à questão do novo administrador, disse que não tinha inventado nada, leu apenas uma deliberação camarária que constava do Boletim Municipal, e lá não se dizia que o Sr. Dr. João Pedro Pereira não tinha qualquer função remuneratória. Por isso a sua pergunta era se não recebia mesmo nada, se nem mesmo a uma senha de presença teria direito. Era uma coisa nova que num conselho de administração um administrador nem sequer recebesse uma senha de presença. Foi confirmado que era um *boy* que não tem *job* – só o PS é que tinha *jobs* – mas uma coisa que daqui por uns dias haviam tratar era os *jobs* que o PSD e o PP tinham na Câmara Municipal de Lisboa, onde eram mais do que muitos. -----

----- Mas sobre essa matéria desejava perguntar ao Sr. Vereador Pedro Feist se esse Sr. Dr. era ou não seu assessor, porque se era seu assessor estava justificada a razão porque não recebia nem um cêntimo. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que tinha cometido um erro ao dar a palavra para pedidos de esclarecimento, porque neste ponto da Ordem de Trabalhos essa figura regimental não existia. Por isso, agora, teria que dar a palavra ao Deputado Municipal José Rui Roque para responder. -----

----- **O Deputado Municipal José Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra para responder aos pedidos de esclarecimento, disse que antes de mais se queria penitenciar do lapso que, eventualmente, teria cometido, porque, de facto, aquilo que pretendia dizer foi que não havia alteração à posição que havia sido revelada pela Câmara Municipal em devido tempo. Portanto, claramente reconhecia que não se expressara correctamente, já que não havia, obviamente, decisão nenhuma como não poderia haver. -----

----- Em relação ao novo administrador da LIS, disse que as informações que tinha confirmavam que não era remunerado. Mas mais informações só poderia dá-las quem decidira sobre isso. -----

----- Quanto a outras funções que a pessoa em causa eventualmente desempenhe, disse que era apenas um problema de haver incompatibilidades ou não, mas não seria ele ali a levantar a questão, até porque no problema em causa isso era irrelevante. -----

----- Sobre a referência aos *jobs* disse que não valia a pena que fossem ingénuos pois uma força política, qualquer que ela fosse, tinha locais onde, obviamente, colocava pessoas da sua confiança. Isso era absolutamente óbvio! Aquilo que era relevante era apreciar a função a desempenhar e a competência para o desempenho dessa função. ---

----- Para além disso, também era de questionar a criação de *jobs* em locais que claramente não deviam ser de escolha política. Essa era uma questão que no futuro seria analisada e julgada. -----

----- **O Deputado Municipal Ricardo Chaves (PSD)**, no uso da palavra, disse que especificamente pretendia responder ao Deputado Municipal Modesto Navarro, que por várias vezes – esta não foi a primeira – os entretinha com este tipo de intervenções longas, repletas de fantasmas e, pelos vistos, na sua opinião isentas de contradições. --

----- Antes de mais, sobre o Parque Mayer pretendia dizer que não ia ali dar nenhuma explicação pormenorizada, o Executivo estava mais habilitado e a daria em sem problemas em tempo devido, porque já demonstrara suficientemente não ter qualquer medo da transparência, e já mostrara isso em situações tão ou mais complexas quanto esta. -----

----- Por conseguinte, apenas faria um comentário político, mais generalista, sobre a intervenção do Deputado Municipal Modesto Navarro e não tanto sobre o problema do Parque Mayer. -----

----- Disse, então, que o Deputado Municipal Modesto Navarro falara de manipulação da palavra, e falara em tom jocoso, ao que respondia que a manipulação da palavra encerrava um novo projecto para o Parque Mayer, encerrava decisões que foram efectivamente tomadas e não uma mera inércia, e encerrará tendas de circo, artistas “pimba”, como o aludido Deputado Municipal referira, mas não era bem a visão da maioria aquela com que o Deputado Municipal Modesto Navarro concordava, tendencialmente, presumia. -----

----- Pelos vistos, à manipulação da palavra o Deputado Municipal Modesto Navarro preferia aquilo que havia antes, que era a ditadura da pedra, da pedra a cair, do edifício a desmoronar-se, da ausência de condições, da ausência de manutenção do Parque Mayer, da total inércia. Pelos vistos e *a contrario sensu* seria com isso que o Deputado Municipal Modesto Navarro concordava. -----

----- Por outro lado, o Deputado Municipal Modesto Navarro também referira que o Parque Mayer ia abandonar a forma que lhe granjeara sucesso no passado. Isso era um facto, acontecia, era mesmo o percurso da história. Também Marx granjeara sucesso em tempos, também o Castelo de São Jorge foi adequado para defender a Cidade de Lisboa, e tudo isso evoluíra. Evoluíra isso, evoluirá o Parque Mayer e evoluiu a sociedade. Pessoalmente dava a isso uma resposta de geração. A sociedade evoluíra,

maioritariamente gerações e gerações votavam, democraticamente, no sentido da evolução da sociedade. Como jovem agradecia isso porque gosta da sociedade democrática em que vive, e esperava que o Parque Mayer viesse a agradecer também por ter evoluído, por se ter modernizado, mesmo que não recolhesse unanimidade e nem que essa unanimidade não viesse a existir apenas porque ainda havia Deputados Municipais como o Deputado Municipal Modesto Navarro que queriam a forma antiga, que queriam a inércia, que queriam a degradação da Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que a sua intervenção sobre o Parque Mayer, ao contrário do que foi dito, não foi uma intervenção jocosa. Foi, de facto, uma intervenção de aviso e de questionamento. Era óbvio que não queriam a degradação, gostariam bem que o Parque Mayer subsistisse, mas o que lhes parecia perfeitamente claro era que com este projecto não iria subsistir, e a evolução para um projecto de jogo no centro da cidade ... “que diabo, há coisas bem melhores para fazer”. Nomeadamente defender aquele património e o direito dos lisboetas que têm memória – porque é preciso ter memória e gostar da cidade – continuassem a encontrar elementos que identificaram e continuariam a identificar o Parque Mayer, tal qual como o Presidente da Câmara o defendia no seu discurso. -----

----- Mas a realidade parecia ser exactamente o contrário. É um sítio onde já estavam a desenvolver-se profundos interesses com a ligação do Grupo Amorim ao jogo, bastava ler o Diário de Notícias. Se o orador anterior quisesse oferecia-lhe uma fotocópia para ficar bem identificado, porque o projecto não era um projecto cultural. De resto, muita da animação que lá estava em curso até ao fim deste mês, não tinha nada de cultura! -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, deu a palavra à Câmara para responder às questões que foram colocadas. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Feist**, no uso da palavra para dar esclarecimentos, disse que depois da votação da extinção da LIS pela Câmara Municipal, ao verificar que tal ainda não era possível entendera substituir a administração da LIS por pessoas da sua confiança e levar a LIS para ao pé de si no Pelouro do Desporto, porque considerava que as duas acções, quer o desporto em geral, quer as piscinas, eram compatíveis e deveriam estar perto de si. -----

----- Para isso, nomeara um presidente e dois vogais, conforme estava preceituado, sendo que os dois vogais foram nomeados a título gratuito e o presidente a título oneroso, baixando-se, assim, os custos de administração de 15.000 para 6.000 contos. Os dois vogais que não auferiam qualquer vencimento, um deles era seu adjunto e outro seu assessor, ambos trabalhando consigo no seu gabinete. -----

----- Disse, ainda, que depois de explicado isso e depois de explicar também que não tinha intenção de propor a extinção da LIS nos tempos mais próximos, oportunamente se veria, desejava ainda dizer algo, agora no campo pessoal. Referira o Deputado Municipal Dias Baptista que ele era o autarca mais antigo de Lisboa, e tinha muita honra nisso, mas confessava com toda a sinceridade que era a primeira vez que assistia a uma sessão, quer na Câmara, quer na Assembleia, onde se punha em causa o

curriculum de alguém, porque não era vergonha nenhuma fazer parte de uma juventude, fosse ela socialista, comunista, centrista ou social democrata. Eles eram tão bons como eram todos os outros, era o princípio da carreira. -----

----- Aliás, dizia-lhe, ainda, que o seu adjunto, depois de lhe ter apresentado o *curriculum*, perguntara-lhe se tinha feito mal ao pôr o seu *curriculum* político e partidário uma vez que foi lá que começara a sua carreira, ao que respondera que não só não achava mal como até achava muito bem porque não era vergonha nenhuma aprender-se na vida através de um cargo desse tipo. -----

----- Rematou dizendo que o Deputado Municipal Dias Baptista teve muito mau gosto e não esperava isso dele com toda a estima que lhe tinha. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Pinto**, no uso da palavra para dar esclarecimentos, começou por dizer que mais uma vez reiterava o pedido de desculpas do Sr. Presidente da Câmara por não poder estar presente nesta reunião, porque, pelos vistos, era de difícil compreensão que o Sr. Presidente da Câmara não pudesse estar hoje ali porque estava a receber o Sr. Presidente da República da Hungria. Mas era óbvio que Lisboa tinha a ganhar com a articulação que pudesse vir a ser feita entre o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Presidente da República da Hungria. -----

----- Foi ali dito, e às vezes era possível, que na negociação protocolar muitas vezes se conseguia acertar calendários, mas também se sabia que muitas vezes não era possível acertar calendários face ao tempo de estadia das entidades que visitavam Lisboa, como foi neste caso, e, por isso, o Sr. Presidente da Câmara não pudera estar hoje na Assembleia Municipal. -----

----- Disse, depois, que durante o debate a questão normal seria que fossem feitas perguntas à Câmara, mas o que acabara por acontecer, na maioria dos casos, foram análises à maneira como a Câmara estava a fazer, os *timings* que estava a seguir, as hipotéticas coisas que não fazia, as coisas que fazia depressa demais, enfim, era muito difícil por vezes responder a perguntas dessa natureza. Mas iria tentar encontrar algumas perguntas que foram formuladas de forma mais objectiva, que até eram aquelas que tinha mais dificuldade em responder porque não tinha respostas completas, nomeadamente: as obras do Martim Moniz, a demolição da Rua das Açucenas e a piscina de Alfama. -----

----- Relativamente às obras do Martim Moniz, disse que se tinha decidido desenvolver um novo projecto, já que a Câmara considerara que o que havia não tinha dignidade para aquela área da cidade. Era matéria que certamente poderia ser discutível, mas como isso estava dentro das competências da Câmara decidira-se avançar para novo projecto, e era isso que estava a ser feito. -----

----- Mas porque a questão de todos aqueles que criaram expectativas legítimas de ter uma casa estava subjacente à pergunta feita, desejava informar que era evidente que essas expectativas tinham que ser garantidas e tinham que ser afirmadas, e a Câmara contava com um projecto com condições melhores que as que tinha o projecto anterior. -----

----- Sobre a Rua das Açucenas, disse que essa questão era apenas mais um dos muitos imbróglis, de natureza jurídica, que se iam encontrando na Câmara. Era

verdade que não estava a ser fácil encontrar uma solução jurídica para o problema e para aquilo que era a ideia inicial, provavelmente acabar com a Rua das Açucenas. Mas ainda não avançaram, a última palavra sobre essa questão não estava ainda dada. Como era sabido, foi pedido ao Arqtº Birne que fizesse um projecto para enquadramento de toda aquela zona, incluindo a zona da Ajuda. -----

----- De facto, em matérias desta natureza, esperava ver ali um apoio no encontrar de soluções para aquilo que foi uma proposta apresentada pela Câmara, porque lhe parecia que as intervenções comportavam em si a ideia de que se deveria deixar estar tudo como estava, e neste caso concreto não se deveria minimamente ligar ao que diziam as associações de moradores, aos problemas levantados pela Junta de Freguesia, neste caso não deveriam fazer nada! Tinham tido problemas: já embargaram a obra, já tiveram que travar batalhas jurídicas para ganhar algum tempo para conseguirem resolver este problema, um como outros que não foram criados por este Executivo e que, nalguns casos, se calhar nem foram criados voluntariamente pelo Executivo anterior que, provavelmente, não teria a noção exacta de todos os impactos que iam ser provocados naquela zona. -----

----- Passando à questão da piscina de Alfama, disse que o projecto estava parado porque estavam a ser conferidos os trâmites legais para a implementação do mesmo. Isto porque a Câmara tinha que ter comportamentos estritamente legais e muito rigorosos, sob pena dos parceiros aproveitarem, sistematicamente, deficiências que ela própria criava nas suas decisões para daí tirarem benefícios. -----

----- O que se passara neste caso concreto, e não acreditava que não soubessem, foi que a empresa a quem tinha sido adjudicado o projecto falira. Poderia ele responsabilizar o anterior Executivo por essa empresa ter falido? Era evidente que só por demagogia poderia fazer uma afirmação dessa natureza, mas também só por demagogia se podia pedir que um processo tão complexo como esse pudesse ter solução num tão curto espaço de tempo. -----

----- No entanto, o projecto estava a ser desenvolvido, ia para a frente e esperava que na próxima reunião já pudessem ser dadas todas as explicações e que todos os problemas estivessem ultrapassados. -----

----- Quanto a perguntas feitas sobre a calendarização das promessas eleitorais que a Câmara pensava cumprir, disse que alguns Deputados Municipais referiram que o que o Executivo tinha feito até ao momento foi a gestão corrente da Câmara e dos processos que vinham de trás, o que, se assim fosse, na óptica desses Deputados Municipais pelo menos não teriam feito asneiras na medida em que eram propostas pela anterior maioria indicadas. Mas não era verdade! E quanto à calendarização das promessas eleitorais era preciso que ficasse muito claro que esta Câmara tinha um mandato para quatro anos, tinha um programa para quatro anos, e era ela quem determinava o *timing* e o momento para a execução dessas mesmas propostas, e no final desses quatro anos responderiam por aquilo que foram os desafios a que se propuseram. -----

----- Mas, pegando numa daquelas que foram as grandes propostas da coligação, o Parque Mayer, hoje ali tão falado, pedia que notassem bem que o eleitorado

acreditara, ou entendera, que quando o PSD disse que no final de oito meses de estar na Câmara o Parque Mayer iria ter vida e iria ter uma solução, estava à espera que ao final de oito meses o Parque Mayer estivesse pronto! E era por isso que a oposição não percebia porque era que estava a haver, em termos da população em geral, uma resposta tão afirmativa, uma esperança tão expectante, em relação àquilo que foi anunciado pelo Presidente da Câmara. É que só durante os últimos 15 dias ou três semanas já lá tinha ido muita gente, gente que nunca tinha visto ao Parque Mayer, porque havia gerações de portugueses que não tinham tido sequer oportunidade de ver o que eram as ruínas do Parque Mayer. É que o Parque Mayer estava perfeitamente morto e acabado, o Parque Mayer, ao contrário do que muitos imaginavam, não era propriedade da Câmara mas sim de uma entidade privada que tinha um acordo de princípio para construir, nessa mesma zona, oitenta e tal mil metros quadrados, com um projecto do Arqtº Foster, e, neste momento, embora não estivesse ainda finalizado, havia um acordo de princípio estabelecido entre o Sr. Presidente da Câmara e as muitas entidades que tinham que tratar com um projecto dessa natureza, porque só quem nunca tivesse gerido nenhum processo com uma determinada dimensão se poderia esquecer que a complexidade que estava subjacente a uma negociação desta natureza só podia ser completamente posta em cima da mesa a partir do momento em que estivesse fechada. -----

----- Mas havia pressupostos já perfeitamente atingidos no acordo que estava a ser realizado, e esses pressupostos, entre outras coisas, apontavam que aquilo que era o espaço cultural do Parque Mayer seria substituído por um espaço cultural de natureza ainda maior que o que existia anteriormente. Portanto, estava perfeitamente garantida a especificidade de utilização cultural do Parque Mayer. -----

----- No entanto, nem tudo tinha sido dito na conferência de imprensa do Sr. Presidente da Câmara – aliás, era matéria que depois de ir à Câmara em definitivo ainda teria que vir à Assembleia Municipal – porque o Sr. Presidente da Câmara estabelecera como momento para apresentação do projecto o final do mês de Novembro. -----

----- Relativamente ao túnel das Amoreiras, um outro compromisso que apresentaram ao eleitorado, disse que só não iria para a frente se forças políticas, que nada tinham a ver com a maioria da Câmara, tivessem a intenção de não deixar o projecto avançar, porque a maioria tinha uma análise do projecto e um compromisso eleitoral que iria procurar desenvolver. -----

----- Continuando, disse que foi ali dito, de forma jocosa, que em termos de desporto a única coisa que fizeram foi uns contratos/programa com o Benfica e o Sporting, e em relação a isso desejava referir que além de não ser verdade porque já foram feitos muitos outros contratos/programa, havia muita gente que tinha a memória curta, porque aquilo que foi um dos grandes problemas do início deste mandato e do fim do mandato da Câmara anterior, estava neste momento em velocidade de cruzeiro, contratualizado e a ser desenvolvido, permitindo atingir um objectivo que a todos, poder e oposição, deveria preocupar, e que, concretamente, tinha a ver com o EURO 2004. Pessoalmente imaginava o que teria acontecido se não tivessem sido capazes de

resolver esse problema, mas conseguiram-no com alguma originalidade e também, era justo dizê-lo, com a participação de muita gente da oposição que alertara para muita matéria e apresentara algumas soluções alternativas que melhoraram as soluções finais encontradas. -----

----- Por outro lado, avançaram-se também com outras pequenas propostas, como, por exemplo, a revitalização do Chiado. Quando pensaram fechar o Chiado aos fins-de-semana toda a gente dizia que isso já tinha sido tentado no passado e não tinha sido conseguido, mas o que era verdade é que em articulação com as Juntas de Freguesia – e aqui pedia desculpa aos Presidentes de Junta porque talvez não com a melhor articulação – e as associações de comerciantes, lançou-se um projecto que estava a dar os primeiros passos e ia servindo de teste para verificar o que era preciso modificar em termos de futuro. -----

----- Sobre o caso dos chamados Artistas Unidos, disse que a questão do espaço onde eles estavam era uma questão de responsabilidade política pura. Não acreditava que qualquer força política que estivesse na Câmara Municipal, ao ter acesso aos relatórios que foram apresentados, da Protecção Civil, dos Bombeiros e das diferentes forças de segurança, em que se punha em causa eminente a segurança daquele mesmo espaço não tivesse o entendimento que actual Executivo teve: “meus amigos, vocês têm aí duas peças que estão para vir para a semana, deixem cá vir na mesma os espectadores, vocês realizem-nas ...” e se houvesse um acidente? Quem era responsável? O que diriam nesse momento perante pareceres tão efectivos e tão claros de todas as forças de segurança? -----

----- Aliás, esta questão teria que ser interligada à questão do Bairro Alto, onde todos, em conjunto, teriam que ponderar muito bem nas soluções a encontrar, porque a vertente porventura mais importante, não era nem a do trânsito nem a do estacionamento, mas sim a da segurança. E isso implicava também, por parte da Câmara, o encontrar de soluções para essa mesma questão. -----

----- **O Senhor Presidente**, dado que o Deputado Municipal Dias Baptista solicitara a palavra para defesa da honra relativamente àquilo que foi dito pelo Sr. Vereador Pedro Feist, que entretanto tinha abandonado a reunião, disse que considerava inadequado que se usasse essa figura regimental sem que alguém pudesse dar explicações. No entanto, uma vez que o Sr. Vereador Pedro Pinto se predisponha a isso, dava a palavra ao aludido Deputado Municipal para usar a referida figura regimental. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para defesa da honra, depois de pedir desculpa pela sua deselegância adiantou que quando o Sr. Vereador Pedro Feist ia a sair chamara-o exactamente porque queria que ele estivesse presente. O Sr. Vereador não pôde ouvir, não tinha culpa disso, mas aquilo que tinha para dizer era urgente e tinha mesmo que o dizer. -----

----- Disse, então, que o Sr. Vereador Pedro Feist procurara, e bem, esclarecer a sua posição manifestando incompreensão quanto à posição que ele havia defendido, e referindo que não entendia como era que ele podia estar a acusar alguém pelo *curriculum* que apresentara, deixando, de alguma forma, o anátema sobre si de que

estaria a procurar fazer ali uma vinculação de uma falta de *curriculum* sobre o dito jovem licenciado. -----

----- É que, na verdade, não era isso que estava em causa. O que estava em causa, e o Sr. Vereador muito bem confirmara, era que estavam em presença de um *boy* que tinha um *job* e que o Sr. Vereador assumira que não tinha competência para o *job*. Esta é que era a questão, porque quando o Sr. Vereador dizia que não entendia a razão porque o criticara por ele ser um jovem em princípio de carreira que tinha que ser ajudado, pessoalmente achava que sim, só que teriam que assumir que se tratava dum *boy* a quem foi dado um *job*, como diziam que se passava com o Partido Socialista, e realmente com o Partido Socialista não acontecia porque as pessoas que nomeavam tinham perfil, tinham *curriculum* e tinham competência para os cargos que desempenhavam. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Pinto**, no uso da palavra para dar explicações, disse que ouvira o Deputado Municipal Dias Baptista pedir a defesa da honra, mas depois, na intervenção, não percebera minimamente onde ela teria sido ferida, o que significava que a defesa da honra servia, sistematicamente, para fazer mais uma intervenção, e era nesse entendimento que esteve para prescindir do direito de resposta para não prolongar o debate. -----

----- Mas se o Deputado Municipal Dias Baptista queria que se pronunciasse sobre a questão em concreto, também lhe dizia que era tempo de saberem, uma vez por todas, o que era a LIS. A LIS era uma empresa que tratava das piscinas, mas era a Câmara que pagava a água, a luz, etc., e qualquer indivíduo com a quarta classe, que fosse minimamente inteligente, estava em condições para gerir aquela empresa. Ela tinha competências tão diminutas que punha sérias dúvidas que precisasse de três grandes cérebros em termos de conselho de administração. -----

----- **PONTO 2 – PROPOSTA 336/2002 – APROVAR A CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE DE 11 LOTES DE TERRENO MUNICIPAIS SITOS NA URBANIZAÇÃO DO VALE FORMOSO DE CIMA, QUINTA DO TIM TIM OU DO PATACÃO À AZINHAGA DO VALE FORMOSO DE CIMA, A FAVOR DA FENACHE – FEDERAÇÃO NACIONAL DE COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO ECONÓMICA FCRL, (PºPº N.º 124/DGI/2001), AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ARTº 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA -----

----- “Considerando os compromissos assumidos pela Câmara com a Fenache, no apoio ao movimento cooperativo habitacional, através do protocolo de 9 de Maio da 1990 e de 25 de junho de 1998 Deliberação 278/CM/98, para cedência de 3000 fogos na área de Lisboa.; -----

----- Considerando que através das Deliberações n.ºs 69/AM/94 e 226/CM/94 foi aprovada intenção de cedência de lotes de terreno para construção, na zona da Quinta do Tim-Tim a Rua Vale Formoso de Cima, destinados ao grupo de cooperativas aderente ao mesmo protocolo; -----

----- Considerando que conforme o estabelecido nas Deliberações acima indicadas, a Fenache, elaborou sob a sua responsabilidade o projecto de loteamento, (processo n.º 3208/PGU/97), bem como os projectos de execução de arruamentos e infra-estruturas respectivas (processo n.º 3024/PGU/98); -----

----- Considerando que foi emitido, na sua sequência, despacho de loteamento municipal com o n.º 2001/10, encontrando-se a Fenache a executar as obras de arruamentos e Infra-estruturas aprovados nos termos acima referidos; -----

----- Tenho a honra de propôr que a Câmara delibere, ao abrigo do n.º 6, alínea a) do artº 64º da Lei 169/99 de 18/9, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para que este Órgão delibere, ao abrigo do art.º 53 n.º 2alínea i) do mesmo diploma: -----

----- 1 - Constituir o direito de superfície a favor da Fenache - Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económica FCRL dos lotes de terreno municipal n.º 98/012 a 98/022 representados a orla cor azul na cópia da planta n.º 01/157/04 do Departamento de Gestão Imobiliária da DMFPCG, sitos na Urbanização Cooperativa do Vale Formoso de Cima , Quinta do Tim Tim ou do Patacão à Azinhaga do Vale Formoso de Cima, com as áreas respectivamente de 984.00 m2, 1 189m2, 1 031m2, 1 129m2, 1 600m2, 1 969m2, 1 394m2, 1 375m2, 1 324m2, 2610m2 a 737m2 ,de acordo com as Condições gerais da Proposta 431/90, o Município receberá como pagamento 10% dos fogos construídos da Urbanização. -----

----- Lotes a transmitir pela CML -----

----- Lote 98/012 -----

----- Localização: Arruamento Projectado Poente -----

----- Confrontações: -----

----- Norte - Lote 98/013 -----

----- Sul - Arruamento Projectado Sul -----

----- Nascente - Arruamento Projectado Nascente -----

----- Poente- Arruamento Projectado Poente -----

----- Área do Lote984 m2 -----

----- Área para Comercio a Serviços791 m2 -----

----- Área para Habitação3090 m2 -----

----- Área de Estacionamento1080 m2 -----

----- Valor do lote para efeitos de escritura24 259 730\$00 = (121 007.02Euros) --

----- Lote 98/013 -----

----- Localização: Arruamento Projectado Poente -----

----- Confrontações: -----

----- Norte - Lote 98/014 e CML -----

----- Sul - Lote 98/012 -----

----- Nascente CML e Arruamento Projectado Nascente -----

----- Área do Lote 1129 m2 -----

----- Área de Serviços 857 m2 -----

----- Área de Habitação 6272 m2 -----

----- Área de Estacionamento 2258 m2 -----

----- Valor do lote 42 872 187\$00 = (213 845.57Euros) -----

----- Lote 98/016 -----
----- Localização: Arruamento Projectado Poente -----
----- Confrontações: -----
----- Norte - Lote 98/019 a CML -----
----- Sul - Lote 98/015 -----
----- Nascente – CML -----
----- Poente - Arruamento Projectado Poente -----
----- Área do Lote 1600 m2 -----
----- Área de Serviços 594 m2 -----
----- Área de Habitação 4158 m2 -----
----- Área de Estacionamento 1485 m2 -----
----- Valor do lote 28 641 967\$00 = (142 865.53Euros) -----
----- Lote 98/017 -----
----- Localização: Rua Vale Formoso de Cima -----
----- Confrontações: -----
----- Nome - Lote 98/018 -----
----- Sul - Rua Vale Formoso de Cima -----
----- Nascente - Arruamento Projectado Poente -----
----- Poente - Rua Vale Formoso de Cima -----
----- Área do lote 1969 m2 -----
----- Área de Comércio 805 m2 -----
----- Área de Habitação 5 483 m2 -----
----- Área de Estacionamento 1 969 m2 -----
----- Valor do lote 37 953 868\$00= (189 313.10Euros) -----
----- Lote 98/018 -----
----- Localização: Rua Vale Formoso de Cima -----
----- Confrontações: -----
----- Norte - Arruamento Projectado Norte -----
----- Sul - Lote 98/017 -----
----- Nascente - Arruamento Projectado Poente -----
----- Poente - Rua Vale Formoso de Cima -----
----- Área do Lote 1 394 m2 -----
----- Área de Comércio 753 m2 -----
----- Área de Habitação 6 988 m2 -----
----- Área de Estacionamento 2 476 m2 -----
----- Valor do lote..... 46 048 954\$00 = (229 691.21Euros) -----
----- Lote 98/019 -----
----- Localização: Arruamento Projectado Poente -----
----- Confrontações: -----
----- Norte - CML a lote 98/020 -----
----- Sul - Lote 98/016 a CML -----
----- Nascente - Arruamento Projectado Nascente a CML -----
----- Poente - Arruamento Projectado Poente -----

----- Área do Lote	1375 m2	-----
----- Área de Comércio	830 m2	-----
----- Área de Habitação	7879 m2	-----
----- Área de Estacionamento	2 750 m2	-----
----- Valor do Lote	51 758 627\$00= (258 170.94Euros)	-----
----- Lote 98/020		-----
----- Localização: Arruamento Projectado Poente		-----
----- Confrontações:		-----
----- Norte - Arruamento Projectado Norte		-----
----- Sul - Lote 98/019 a CML		-----
----- Nascente - Arruamento Projectado Nascente a CML		-----
----- Poente - Arruamento Projectado Poente		-----
----- Área do lote	1324 m2	-----
----- Área de Comércio	841 m2	-----
----- Área de Habitação	7547 m2	-----
----- Área de Estacionamento	2648 m2	-----
----- Valor do lote	49 968860\$00= (249 243.63Euros)	-----
----- Lote 98/021		-----
----- Localização: Arruamento Projectado Nascente		-----
----- Confrontações:		-----
----- Norte - CML a lote 98/022		-----
----- Sul – CML		-----
----- Nascente – CML a CP		-----
----- Poente - Arruamento Projectado Nascente		-----
----- Área do lote	2610 m2	-----
----- Área de Comércio e Serviços	1315 m2	-----
----- Área de Habitação	8720 m2	-----
----- Área de Estacionamento	3026 m2	-----
----- Valor do lote	60 656414\$00= (302 552. 92Euros)	-----
----- Lote 98/022		-----
----- Localização: Arruamento Projectado Nascente		-----
----- Confrontações:		-----
----- Norte – CML		-----
----- Sul - CML a lote 98/021		-----
----- Nascente –CML		-----
----- Poente - Arruamento Projectado Nascente		-----
----- Área do lote	737 m2	-----
----- Área de Comércio	350 m2	-----
----- Área de Habitação	3 135m2	-----
----- Área de Estacionamento	1 078 m2	-----
----- Valor do lote	20 762 432\$00 = (103 562.57)	-----
-----	CONDIÇÕES DO ACORDO	-----

----- Condições gerais de constituição do direito de superfície de lotes de terreno municipal, para construção cooperativa de habitação e equipamento complementares. -

----- 1ª. 1- A constituição do direito de superfície de lotes de terreno municipal, para construção cooperativa de habitação e equipamentos complementares, será regulada pelas presentes condições gerais e pelas condições especiais que forem aprovadas para cada caso. -----

----- 2 - Os lotes de terreno serão cedidos a cooperativas de habitação ou às suas uniões, indicadas pela Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económica (Fenache). -----

----- 3- Para o efeito serão celebrados com a Fenache, sempre que necessário, os correspondentes contratos-promessa de constituição de direitos de superfície. -----

----- 2ª- 1- O prazo do direito de superfície será de 70 anos, prorrogável por acordo entre as partes. -----

----- 2- No caso de se verificar a extinção do direito de superfície após o decurso daquele prazo, o superficiário receberá indemnização igual ao valor real do imóvel, calculado em função do custo que estiver fixado para a construção e depois de descontadas as depreciações derivadas do mau estado de conservação e de outras causas. -----

----- 3ª-1- O pagamento dos lotes será efectuado de acordo com as deliberações de enquadramento da actividade cooperativa, mediante a entrega à Câmara, ou a quem esta indicar, de 10 % dos fogos construídos no empreendimento. -----

----- 2- Poderá aplicar-se uma segunda modalidade de pagamento, com a entrega a Câmara de 20% dos fogos construídos, e esta pagará à superficiária 50% do valor dos fogos, o qual será igual ao preço de alienação de fogos idênticos do mesmo empreendimento aos cooperadores, a comprovar mediante as respectivas escrituras. ---

----- 3- Em qualquer das modalidades anteriormente indicadas, far-se-ão os necessários acertos para pagamento de eventuais diferenciais de preços, tendo em conta o valor dos fogos e o preço de referência dos terrenos, indicado na condição seguinte. -----

----- 4- A entrega dos fogos deverá ser efectuada na data que for fixada pela Câmara, para o que a superficiária ficará obrigada a comunicar a sua conclusão até 15 dias após o prazo referido na condição 6ª. -----

----- 4ª-1- O preço de referência dos lotes de terreno será determinado de acordo com o disposto na Portaria a que alude o nº 1, do artigo 7º do Decreto-Lei nº 141/88, de 22 de Abril e suas actualizações. -----

----- 2- Sempre que o projecto preveja construção para fins comerciais, o preço de referenciados lotes de terreno será afectado pelo coeficiente 1.5, na parte correspondente à área comercial. -----

----- 5ª-1- Os projectos das construções serão elaborados por quaisquer das entidades cooperativas referidas no nº 2, da condição 1ª, sem prejuízo do que vier a ser disposto nas condições adoptadas para cada caso ou, posteriormente, pelos serviços municipais. -----

----- 2- Deverá ser requerido o licenciamento da parte de arquitectura dos edificios no prazo de 90 dias após a celebração do contrato-promessa ou da escritura de constituição do direito de superfície, consoante o caso, salvo prorrogação autorizada por motivos atendíveis. -----

----- 3- Os projectos deverão ser elaborados de forma integrada, abrangendo, além dos fogos, o equipamento, as infra-estruturas respeitando o interior do perímetro dos lotes e os arranjos exteriores às construções, em conformidade com o correspondente plano de urbanização. -----

----- 4- A Câmara poderá autorizar ajustamentos quanto ao aproveitamento dos lotes de terreno, mediante o pagamento da importância correspondente à valorização dos imóveis, a calcular com base no preço de referência ou contrapartidas em espécie. -----

----- 6ª-1- A construção deverá ser iniciada até 9 meses a contar da data da aprovação do projecto, e estar concluída até 24 meses depois, salvo prorrogação de qualquer destes prazos, autorizada nos termos do nº 2, da condição anterior. -----

----- 7ª - 1- A gestão dos edificios e dos respectivos espaços públicos e envolventes será assegurada pelas cooperativas ou suas uniões, podendo no entanto tal encargo ser assumido pelos seus condóminos, devendo ser objecto de contrato administrativo a subscrever até à emissão das licenças de utilização dos lotes. -----

----- 8ª-1- A entidade cooperativa superficiária ou os cooperadores beneficiários da atribuição dos fogos poderão hipotecar o direito de superfície do lote de terreno e as construções nele realizadas, exclusivamente para garantia do financiamento da construção ou aquisição de fogos. -----

----- 2- A escolha da entidade financiadora compete apenas aos interessados referidos no número anterior. -----

----- 9ª-1- Sem prejuízo do disposto nos números seguintes e na condição 10ª, o direito de superfície não poderá ser alienado sem autorização da Câmara. -----

----- 2- Os fogos a construir nos lotes de terreno objecto das presentes condições serão obrigatoriamente atribuídos, na primeira cedência, a cooperadores da superficiária residentes no concelho de Lisboa. -----

----- 3- Para o efeito, a superficiária atribuirá os fogos aos seus cooperadores em conformidade com o regime jurídico da cooperação habitacional e com as presentes condições gerais e com as condições especiais aprovadas para cada empreendimento, que, na parte aplicável, deverão constar dos actos de cedência de direitos, obrigando os cessionários nos seus precisos termos. -----

----- 10ª- 1- Os cooperadores a quem forem cedidos os fogos só os poderão alienar “inter-vivos” a não cooperadores da superficiária, sem autorização camarária, depois de decorridos 10 anos sobre a data da passagem da respectiva licença de habitação. ---

----- 2- Sem autorização da Câmara não será igualmente permitida qualquer outra forma de cedência dos fogos, antes de decorrido aquele prazo de 10 anos. -----

----- 3- Sempre que a Câmara autorize, a título excepcional, a alienação de fogos, o direito de preferência que a Câmara formalize será exercido por um preço que tenha em conta os custos de construção, terreno e encargos, acrescidos da taxa de inflação desde a data da licença de utilização. -----

----- 4- Durante o mesmo prazo de 10 anos, os cooperadores que vierem a beneficiar da atribuição de fogos serão obrigados a habitá-los. -----

----- 11^a- 1- No caso de violação do prazo de apresentação do projecto, a Câmara poderá rescindir o contrato, revertendo para ela o direito de superfície, sem qualquer indemnização à respectiva entidade cooperativa. -----

----- 2- No caso de violação do prazo de início ou conclusão das construções, a Câmara poderá igualmente rescindir o contrato, revertendo para ela o direito de superfície a todas as edificações ou benfeitorias que nele existam, sem prejuízo de ter que indemnizar a superficiária pelo valor da obra realizada em conformidade com o projecto aprovado, segundo avaliação reportada à data da construção. -----

----- 3- O incumprimento das obrigações resultantes do disposto no n.º 4, da condição 3^a permitirá que a Câmara rescinda o contrato, sem prejuízo de ter que indemnizar o superficiário nos termos indicados no número anterior. -----

----- 4- A violação do disposto na condição 9^a e nos n.ºs 1 e 2, da condição 10^a acarreta a imediata reversão do direito de superfície do lote de terreno ou do correspondente fogo, consoante o caso, sem que a superficiária ou o condómino tenham direito a qualquer indemnização. -----

----- 5- A violação do n.º 3, da condição 9^a, determinará também a reversão do respectivo fogo, a favor da Câmara, mediante indemnização a calcular de acordo com o disposto no n.º 2, da condição 2^a. -----

----- 12^a - 1- As hipotecas eventualmente constituídas a favor de qualquer entidade financiadora, nos termos da condição 8^a, subsistem no caso de se operar, por qualquer motivo, a reversão do terreno ou das construções nele efectuadas. -----

----- 2- No caso de execução por falta de pagamento de dívidas resultantes dos financiamentos referidos no número anterior, a alienação do direito de superfície dos lotes de terreno ou dos fogos nele construídos é livre, respeitados apenas os procedimentos legais e processuais atinentes. -----

----- 3- Sempre que a entidade financiadora pretenda promover a execução de hipoteca comunicará o facto à Câmara, decorrendo um prazo de 30 dias para esta se pronunciar sobre interesse em efectuar o pagamento da dívida, sobrogando-se no respectivo crédito. -----

----- 13^a- Em caso de força maior ou de circunstâncias especiais, devidamente comprovadas, que impossibilitem ou dificultem gravemente o cumprimento de alguma ou algumas condições gerais ou especiais de constituição dos direito de superfície, os interessados poderão expor tais factos à Câmara, que deliberará. -----

----- 14^a - São estabelecidos os seguintes ónus de passagem. -----

----- Lote 98/012 -----

----- - Ónus de passagem a peões ao nível do piso térreo numa parcela com a área 458m² -----

----- - Ónus de passagem a peões entre as cotas da cobertura das garagens e a face inferior das vigas do 1.º andar numa parcela com a área de 42.60 m². -----

----- Lote 98/013 -----

----- - Ónus de passagem a peões ao nível do piso térreo numa parcela com a área 182.60m2 -----

----- - Ónus de passagem a peões entre as cotas da cobertura das garagens e a face inferior das vigas do 1º andar, em duas parcelas com as áreas de 51.50 a 79.60 m2. ----

----- Lote 98/014 -----

----- - Ónus de passagem a peões ao nível do piso térreo numa parcela com a área 156.20m2 -----

----- - Ónus de passagem a peões entre as cotas da cobertura das garagens e a face inferior das vigas do 1º andar na parcela com a área de 78.30m2 -----

----- Lote 98/015 -----

----- - Ónus de passagem a peões ao nível do piso térreo numa parcela com a área 155.80m2 -----

----- - Ónus de passagem a peões entre as cotas da cobertura das garagens e a face inferior das vigas do 1º andar na parcela com a área de 115.80m2. -----

----- Lote 98/016 -----

----- - Ónus de passagem a peões ao nível do piso térreo numa parcela com a área 891.00m2 -----

----- - Ónus de passagem a peões entre as cotas da cobertura das garagens e a face inferior das vigas do 1º andar na parcela com a área de 116.90m2. -----

----- Lote 98/017 -----

----- - Ónus de passagem a peões ao nível do piso térreo numa parcela com a área 821.40m2 -----

----- - Ónus de passagem a peões entre as cotas da cobertura das garagens e a face inferior das vigas do 1º andar na parcela com a área de 378.30m2 -----

----- Lote 98/018 -----

----- - Ónus de passagem a peões ao nível do piso térreo numa parcela com a área 287.40m2 -----

----- - Ónus de passagem a peões entre as cotas da cobertura das garagens e a face inferior das vigas do 1º andar na parcela com a área de 117.40m2 -----

----- - Ónus de passagem a peões e a veículos entre as cotas do arruamento e a face inferior das vigas do 2º andar na parcela com a área de 155.80m2 -----

----- Lote 98/019 -----

----- - Ónus de passagem a peões ao nível do piso térreo numa parcela com a área 224.00m2 -----

----- - Ónus de passagem a peões entre as cotas da cobertura das garagens e a face inferior das vigas do 1º andar nas parcelas com as áreas de 28.70m2 a 223.10m2. -----

----- Lote 98/020 -----

----- - Ónus de passagem a peões ao nível do piso térreo numa parcela com a área 213.30m2 -----

----- - Ónus de passagem a peões entre as cotas da cobertura das garagens e a face inferior das vigas do 1º andar na parcela com a área de 223.70m2 -----

----- Lote 98/021 -----

----- - Ónus de passagem a peões ao nível do piso térreo em duas parcelas com a área respectivamente de 856.00m² e de 199.30m² -----

----- - Ónus de passagem a peões entre as cotas da cobertura das garagens e a face inferior das vigas do 1º andar nas parcelas com as áreas de 3,4.50m², 19.70m², 61.60m² e 131.20m². -----

----- Lote 98/022 -----

----- - Ónus de passagem a peões ao nível do piso térreo numa parcela com a área 202.00m² -----

----- - Ónus de passagem a peões entre as cotas da cobertura das garagens e a face inferior das vigas do 1º andar nas parcelas com a área de 50.10m² e 136.40m². -----

----- 15ª - A Fenache fica igualmente obrigada à aquisição e transmissão a favor do Município, de duas propriedades sitas na Rua Vale Formoso de Cima 164 a 168 e 180, para serem integradas na via pública, porque necessárias à ligação das infra-estruturas próprias à rede existente. -----

----- 16ª - A execução das obras deverá respeitar todas as indicações técnicas dos projectos aprovados. -----

----- 17ª - Todos os trabalhos a obras ficam sujeitos à fiscalização e aprovação por técnicos a indicar pela DMIS. -----

----- 18ª - Até à data da escritura ou no seu acto, deverá ser prestada caução, por qualquer meio idóneo à escolha da Fenache, designadamente reserva de propriedade do lote ou garantia bancária, relativa à boa execução das infra-estruturas e demais equipamentos, que será libertada com o decorrer dos trabalhos, com reserva de 10% até à respectiva recepção definitiva. -----

----- (Processo Privativo 124/DGI/2001).” -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 336/2002, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 3 – PROPOSTA 254/2002 – APROVAR A TAXA DA CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA DO MUNICÍPIO DE LISBOA PARA O ANO DE 2003, AO ABRIGO DA ALÍNEA F) DO N.º 2 DO ARTº 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA -----

----- “Considerando que, nos termos do artigo 1º do Código da Contribuição Autárquica aprovado pelo Decreto-Lei n.º. 442-C/88, de 30 de Novembro, a contribuição autárquica é um imposto municipal que incide sobre o valor tributável dos prédios situados no território de cada município, dividindo-se, de harmonia com a classificação dos prédios, em rústica e urbana; -----

----- Considerando que cabe aos municípios, de acordo com o estabelecido no n.º. 1 do artigo 17º do referido Código, definir anualmente a taxa aplicável aos prédios urbanos de entre os limites constantes na alínea b) do n.º 1 do artigo 16º (0,7% a 1,3%) na

nova redacção dada pela Lei n.º 52-C/96, de 27 de Dezembro e comunicar a decisão da Assembleia Municipal à Direcção - Geral das Contribuições e Impostos até 31 de Dezembro do ano a que respeita a contribuição; -----

----- Considerando que esta tributação encontra especial justificação na lógica do principio do beneficio, correspondendo o seu pagamento à contrapartida dos beneficios que os proprietários recebem com obras e serviços que a colectividade lhes proporciona; -----

----- Considerando que o Município de Lisboa desenvolve parte significativa da sua actividade na execução de acções com reflexos no apoio e valorização do património imobiliário situado na sua área e, não obstante as verbas avultadas que lhe são consignadas, há carências neste sector que não tem sido possível suprir por escassez de meios financeiros, -----

----- Tenho a honra de propôr que a Câmara delibere: -----

----- Aprovar submeter à Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para aprovação por este órgão deliberativo, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 53.º da referida Lei, a fixação da taxa de **1%** para a Contribuição Autárquica sobre prédios urbanos respeitantes ao ano em curso.” -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Duas notas breves em relação a esta proposta. -----

----- Vamos à primeira: -----

----- Parece que a fixação em 1% da taxa da contribuição autárquica para 2003 foi uma questão consensual e partiu de uma proposta inicial do PSD. -----

----- Mas não foi Srs. Deputados Municipais. -----

----- Pelo contrário o PSD apresentou uma primeira proposta que a fixava em 1,2%, isto é, pretendia aumentar a taxa em duas décimas, ou seja, 20%, em relação à taxa actualmente em vigor. -----

----- Então, porque razão a proposta que nos é agora apresentada se ficou em 1%? -----

----- Foi graças à luta dos Vereadores do meu Partido e do PS, na Câmara, para que ela não fosse aumentada. -----

----- Foi certamente, também, devido ao receio que a Assembleia Municipal chumbasse o aumento anunciado o que constituiria uma derrota política pessoal do Dr. Santana Lopes. -----

----- Receio que se afigura justificado porque o PSD sabe que o PCP não deixaria de o fazer na defesa da população de Lisboa que paga esta contribuição. -----

----- Segunda nota: -----

----- A contribuição autárquica, no Concelho de Lisboa, foi quase sempre fixada pela taxa máxima permitida por Lei até 1999 (excepção: 1996 e 1997) -----

----- Esta medida justificava-se, então, em virtude dos vultuosos investimentos que a Câmara fez nos últimos anos, sobretudo na habitação social – quase 200 milhões de contos, que beneficiou a população mais carecida – e, por isso, não podia prescindir desta receita. -----

----- Mas a coligação de esquerda prometeu baixá-la logo que possível. E cumpriu a promessa. -----

----- Em 2000 baixou uma décima (10%); -----

----- Em 2001 baixou mais 10%, e -----

----- Em 2002 baixou ainda mais 10%, fixando-a em 1% -----

----- Mas, quais foram as posições do PSD neste contexto? -----

----- Recordo apenas algumas: -----

----- - Em relação à contribuição autárquica para 2001, o PSD apresentou uma proposta na Câmara, que fez mesmo votar, que pretendia baixar a taxa para 0,8%. -----

----- - E o Deputado Municipal Victor Gonçalves voltou a insistir nesta proposta, na Assembleia de 19 de Dezembro de 2000, dizendo que se tal não acontecesse, e passo a citar “seriam onerados por esse facto os habitantes da cidade e principalmente os casais jovens”. -----

----- E, de acordo com esta posição o PSD votou contra a proposta da coligação em 2001 tal como já o tinha feito em 2000. -----

----- Em suma: -----

----- Da mesma forma como o PSD, quando era oposição ao Governo, prometeu baixar os impostos mas, chegado ao poder, pelo contrário aumentou-os, também o PSD na Câmara quando era oposição prometia baixar a contribuição autárquica e agora no poder queria aumentá-la. -----

----- Moral da história -----

----- Depois de tudo isto só me ocorre parafrasear o adágio popular de Frei Tomás: “Não fazei o que o PSD diz e muito menos o que ele faz ou quer fazer”. -----

----- Mas tranquilizai-vos, Senhores Deputados Municipais do PSD. -----

----- O PCP é um Partido coerente que se rege por princípios e regista a demagogia que tem uma política quando está no poder e outra diferente quando está na oposição. -----

----- O PCP, acima de tudo, Srs. Deputados Municipais, luta pela melhoria da qualidade de vida da população de Lisboa. -----

----- Por isso, coerentemente, vai votar favoravelmente esta proposta.” -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que o Bloco de Esquerda iria votar favoravelmente a proposta, porquanto estava de acordo com ela. -----

----- No entanto, se bem que tal não fosse da competência da Assembleia Municipal, não podia deixar de referir que este era um imposto de grande injustiça pelo facto da Assembleia da República se recusar, permanentemente, quanto à questão de se fazer a reavaliação do valor patrimonial dos prédios. -----

----- Por isso, queriam ali manifestar, enquanto força política nacional e pelos reflexos que esta matéria tinha na Cidade de Lisboa, a injustiça que era – dava um exemplo – alguém das altas classes, titular de um palácio do início do século passado, catalogado nas Finanças e no Registo Predial com um valor de 150 contos e que, portanto, com uma taxa de 1% iria pagar 1.500\$00 de contribuição autárquica, e um jovem, que se calhar ainda estava a estudar mas que se queria casar e precisava comprar um andar, que se calhar lhe custaria 18.000 contos e por este preço, em Lisboa, seria apenas um

T0, mas que registado por esse valor teria que pagar 180 contos de contribuição autárquica. -----

----- Portanto, estavam perante uma grave injustiça que era feita contra toda a igualdade social e todo o princípio social que deveria haver em termos de igualdade de tributação. -----

----- O Bloco de Esquerda apresentara na Assembleia da República projectos feitos com todo o rigor, com tempo para que fosse actualizado, com rigor objectivo de como a lei deveria ser posta, incluindo acabar com a sisa, etc., mas a maioria governamental decidira impedir isso, lamentavelmente o anterior Governo também decidira não levar isso à prática, e, portanto, queria afirmar que enquanto Deputados Municipais votariam esta taxa, mas enquanto cidadãos defensores do povo de Lisboa tinham que dizer que este era um critério de graves injustiças, nomeadamente na Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, referindo-se à intervenção do Deputado Municipal Feliciano David, disse que lhe parecia ter havido um salto de uma décima a mais, mas dando de barato essa questão das descidas era preciso que se constatasse também os factos. Desde logo porque, na primeira parte dos mandatos da coligação da maioria de esquerda, a contribuição autárquica foi sempre aplicada pelo tecto máximo, ou seja, 1,3%, e constantemente o PSD chamara a atenção do exagero dessa percentagem. Depois, na recta final do mandato anterior, assistira-se a algum desaceleramento dessa taxa, por força também da intervenção do PSD, que como bem citara propusera 0,8% para tentar pressionar a descida dessa taxa. -----

----- O quadro político naturalmente era outro, como também tinha dito e muito bem, mas realmente houve uma descida na recta final do mandato que, como presumia, teria a ver também com o aproximar do final do mandato, pois nos anos anterior a taxa esteve sempre no tecto máximo. -----

----- Concluiu dizendo que a taxa de 1,0% lhes parecia aceitável porque vinha de encontro àquilo que o PSD sempre defendera, portanto estavam de acordo e iriam votar favoravelmente a proposta. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, depois de referir que o PS iria votar favoravelmente a proposta, disse que era bom que pusessem os pontos nos “is” porque, ouvindo a última intervenção, parecia que isto era uma benesse que o PSD lhes estava a conceder, quando, de facto, o PSD queria aumentar a taxa. Ou seja, a proposta que agora tinham em apreciação só não era de 1,2% porque o PS, e com certeza o PCP também, se opuseram na Vereação a que a mesma andasse para a frente. -----

----- Portanto, se a taxa se mantinha em 1,0% foi porque o PSD foi obrigado a recuar, e isso não foi dito nem reconhecido. De facto, se a taxa continuava com o mesmo valor e se mantinha um critério de menos injustiça social, foi porque o PSD a isso foi obrigado. Mas ainda bem porque era sinal que reconheceu que estava a elaborar num erro. -----

----- **O Senhor Presidente**, dado que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 254/2002, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 4 – PROPOSTA 309/2002 – APROVAR A ALTERAÇÃO EM REGIME LIMITADO AO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE LISBOA NUMA ZONA JUNTO À AVENIDA ALFREDO BENSAÚDE, AO ABRIGO DA ALÍNEA 1) DO ARTº 79º DO DEC.-LEI N.º 380/99 DE 22 DE SETEMBRO E ALÍNEA A) DO N.º 3 DO ARTº 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** ----

----- PROPOSTA -----

----- “ALTERAÇÃO EM REGIME LIMITADO AO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE LISBOA NUMA ZONA JUNTO À AVENIDA ALFREDO BENSAÚDE. -----

----- Considerando que: -----

----- - A Câmara Municipal de Lisboa deliberou, em 29 de Outubro de 1999, através da Deliberação n.º 655/99, proceder a alteração do PDML numa zona junto à Avenida Alfredo Bensaúde, em regime limitado, ao abrigo do art.º 1º do Decreto-Lei n.º 156/97, de 24 de Junho e do art.º 20º do Decreto-Lei n.º 69/900, de 2 de Março. -----

----- - Foi solicitada a nomeação da Comissão Técnica de Acompanhamento, o que não veio a acontecer por falta de regulamentação, conforme consta no ofício 256/DEOT/2000, de 8 de Setembro, da Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território de Lisboa e do Vale do Tejo. -----

----- - No mesmo ofício, a DRAOT-LVT emitiu parecer favorável à alteração, condicionado a consultas à ANA, Aeroportos de Portugal, e à EDP. -----

----- - Foram recebidos pareceres favoráveis da ANA (Ofício 700/CA, de 28 de Junho) e da EDP (ofício 479/01/ARGL, de 30 de Abril). -----

----- - Foi publicada na II Série do Diário da República de 20 de Setembro de 2001 a deliberação de alterar o PDML. -----

----- - Verificado encontrarem-se reunidas as condições exigidas para o efeito, foi realizado o procedimento de Discussão Pública, previsto no n.º 3 do art.º 77º do Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro, de acordo com o n.º 2 do Art.º 2º do Decreto-Lei n.º 115/2001, de 7 de Abril, não tendo sido recebida qualquer sugestão ou observação. -----

----- - Em resultado destes procedimentos, e face à existência de parecer favorável da DRAOT-LVT, o Processo encontra-se em condições de ser submetido à Assembleia Municipal, para aprovação. -----

----- Tenho a honra de propor que: -----

----- 1. A Câmara Municipal de Lisboa aprove a Proposta de Alteração ao PDM de Lisboa para uma zona junto À Avenida Alfredo Bensaúde, consistindo na sua reclassificação de Área de Usos Especiais para Área de Estruturação Urbanística Habitacional. -----

----- 2. A Proposta de Alteração seja enviada à Assembleia Municipal de Lisboa, para aprovação, nos termos do Art.º 79º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro.” ---

----- **O Senhor Presidente** informou que o Deputado Municipal António Prôa, do PSD, entregara na Mesa uma declaração onde comunicava que não tomaria parte na discussão e votação desta proposta por, na qualidade de Vereador-substituto, ter tomada parte na discussão e votação da mesma na reunião da Câmara Municipal que a aprovara. -----

----- Seguidamente, visto que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de imediato submeteu à votação a proposta 309/2002, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o **Senhor Presidente** deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Ordinária nesta data iniciada. -----

----- Eram 19 horas e 20 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____ . -----

----- O PRESIDENTE -----